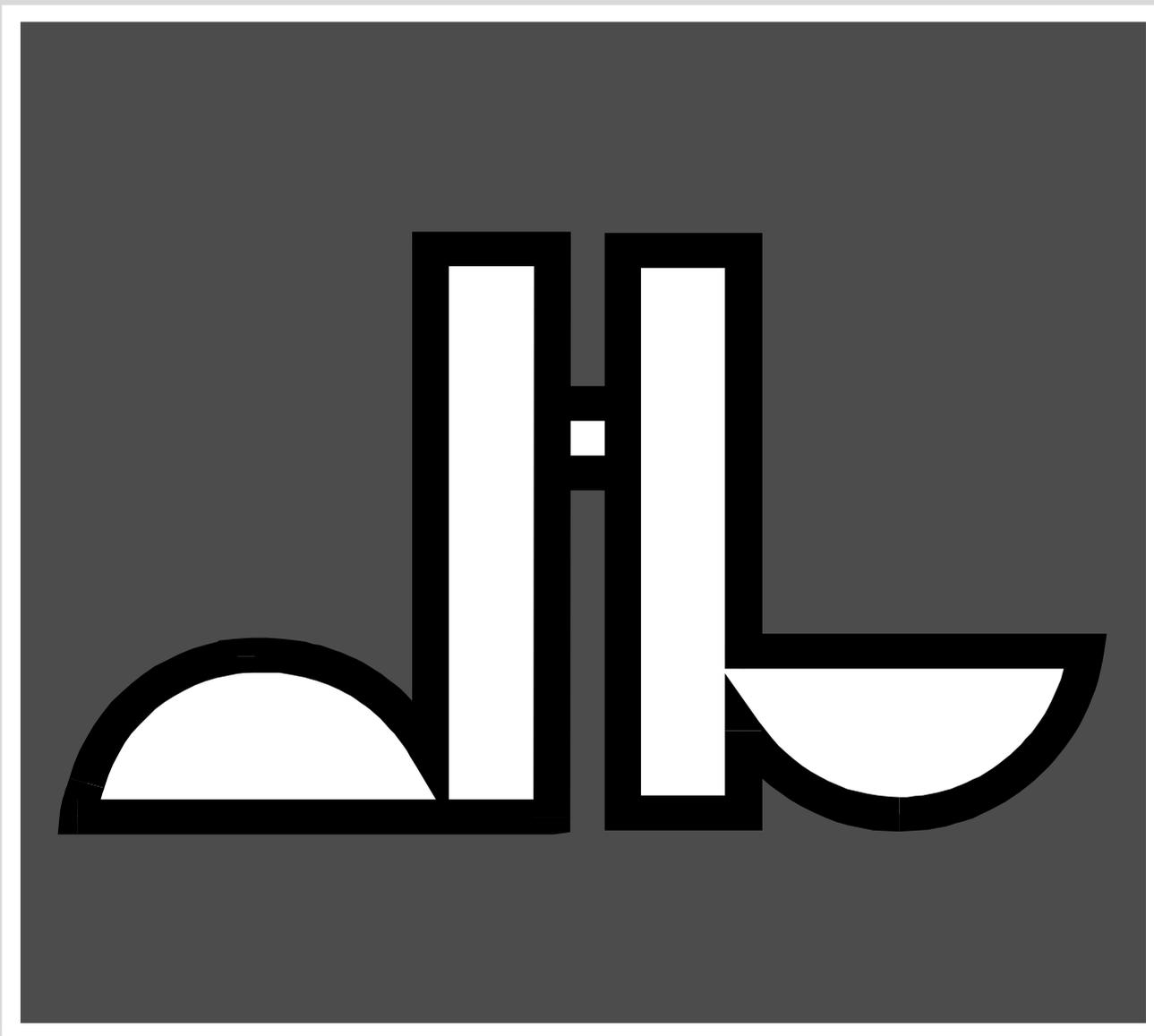




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LVIII – Nº 020 – SEXTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador JOSÉ SARNEY – PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA – PFL-PE

2º Vice-Presidente

Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – PSDB-TO

1º Secretário

Deputado GEDDEL VIEIRA LIMA – PMDB-BA

2º Secretário

Senador ALBERTO SILVA – PMDB-PI

3º Secretário

Deputado NILTON CAPIXABA – PTB-RR

4º Secretário

Senador SÉRGIO ZAMBIASI – PTB-RS

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 129, de 17 de setembro de 2003, que “abre, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito extraordinário no valor de R\$2.300.000.000,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 17 de novembro de 2003, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 13 de novembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 130, de 17 de setembro de 2003, que “dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 17 de novembro de 2003, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 13 de novembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 2 , DE 2003-CN

Dá nova redação ao art. 25 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Dê-se nova redação ao art. 25 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional:

“Art. 25. Aos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual poderão ser apresentadas emendas coletivas cuja iniciativa caberá:

I – às comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, relativas às matérias que lhes sejam afetas regimentalmente e de caráter institucional ou nacional, acompanhadas da ata da reunião deliberativa, até o limite de cinco emendas por Comissão Permanente;

II – às bancadas estaduais no Congresso Nacional, relativas a matérias de interesse de cada Estado ou Distrito Federal, aprovadas por dois terços dos deputados e dois terços dos senadores da respectiva unidade da Federação, acompanhadas da ata da reunião da bancada, respeitados simultaneamente os seguintes limites:

a) mínimo de dezoito e máximo de vinte e três emendas;

b) as bancadas com mais de onze parlamentares poderão apresentar além do mínimo de dezoito emendas, uma emenda adicional para cada grupo completo de dez parlamentares da bancada que excederem a onze parlamentares;

III – às bancadas regionais no Congresso Nacional, até o limite de duas emendas, de interesse de cada região macroeconômica definida pelo IBGE, por votação da maioria absoluta dos deputados e maioria absoluta dos senadores que compõem a respectiva região, devendo cada Estado ou Distrito Federal estar representado por no mínimo vinte por cento de sua bancada.

§ 1º Nas bancadas estaduais integradas por mais de dezoito parlamentares, fica assegurada a iniciativa aos senadores de propor três emendas, cabendo, aos deputados, a iniciativa da apresentação do restante das emendas, a serem apreciadas nos termos do inciso II deste artigo.

§ 2º A emenda coletiva e prioritária incluirá na sua justificação elementos necessários para subsidiar a avaliação da ação por ela proposta, apresentando informações sobre a viabilidade econômico-social e a relação custo-benefício, esclarecendo sobre o estágio de execução dos investimentos já realizados e a realizar, com a definição das demais fontes de financiamento e eventuais contrapartidas, quando houver, e definindo o cronograma de execução, além de outros dados relevantes para sua análise.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 13 de novembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Fe-

deral.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 19ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 13 DE NOVEMBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada ao encerramento das comemorações dos 180 anos de criação do Poder Legislativo no Brasil..... 02646

1.2.1 – Oradores

Deputado Chico Alencar..... 02646

Senador Romeu Tuma..... 02647

Deputado Bonifácio de Andrada..... 02650

1.2.2 – Fala do Presidente da Câmara dos Deputados (Deputado João Paulo Cunha)

1.2.3 – Fala do Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional (Senador José Sarney)

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas, destinada à apreciação de projetos de lei orçamentária..... 02658

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – SOLENIDADE DE LANÇAMENTO DE SELO E ENTREGA DE MEDALHA COME – MORATIVA “180 ANOS DE CRIAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO DO BRASIL”

3 – ATA DA 20ª SESSÃO CONJUNTA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 2003

3.1 – ABERTURA

3.2 – EXPEDIENTE

3.2.1 – Apreciação de matérias

Retificação, nos termos de Substitutivo ao Projeto de Lei nº 56, de 2003-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$552.299.499,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências. **Aprovado o Substitutivo**, ficando prejudicado o projeto. À sanção..... 02673

Projeto de Resolução nº 5, de 2003-CN, que dá nova redação ao artigo 25 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional (Apreciado em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2003-CN). **Aprovado**, após usar da palavra os Srs. Amir Lando e Rodrigo Maia. À promulgação..... 02688

3.4 – ENCERRAMENTO

4 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

5 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CON – JUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

7 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 19ª Sessão Conjunta (Solene) em 13 de Novembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

Compõem a Mesa: O Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, e a sua direita o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão solene destinada ao encerramento das comemorações dos 180 anos de criação do Poder Legislativo no Brasil.

Convido para compor esta Mesa o Presidente da União Nacional dos Legislativos do Brasil, Deputado Estadual Alexandre Postal (palmas); o Presidente da União Brasileira de Vereadores, Vereador Luís Fernando Alves de Godói (palmas), e o Presidente Nacional da Associação Brasileira de Câmaras Municipais, Rogério Rodrigues da Silva (palmas).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PT-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha; dignos representantes deste vivo e ativo Plenário; Deputados Estaduais e Vereadores, tenho a honrosa condição, infelizmente breve, comprimida pelo tempo, de iniciar esta solenidade.

Há 180 anos era instalado o primeiro Parlamento brasileiro. As Câmaras Municipais, porém, prececeram este momento histórico, uma vez que desde os primórdios da colonização funcionavam as famosas Câmaras dos Homens Bons, nas quais as mulheres, assim como os escravos, não tinham representação. Naquele Brasil colonial, bons eram os donos de gado e de gente que professavam a religião oficial.

Mas fomos avançando, e a História tem o condão de mostrar que o momento presente não é definitivo para qualquer instituição.

Há 180 anos, a primeira expressão de representação popular, ainda limitada, excludente e com um

quê de aristocrática, sofria o golpe do autoritarismo. A Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa instalada no início de 1823 – o Brasil já independente de Portugal – foi fechada de forma autoritária pelo imperador D. Pedro I.

Todavia, não obstante não ter podido concluir seus trabalhos, deixou-nos o legado que hoje estamos hoje celebrando.

Em primeiro lugar, a garantia – uma das 6 leis ordinárias aprovadas – de liberdade e a anistia a todos os criminosos políticos. Este País nasceu sob o signo da liberdade e com o compromisso legal de não reprimir idéias políticas diferentes das predominantes. Em segundo lugar, a certeza de que não há democracia possível sem representação popular.

Na nossa quadra republicana, vivemos espasmos de democracia plena em meio a um mar de autoritarismo e de redução do Poder Legislativo. É justamente aí, quando o Poder Legislativo fica apequenhado, manietado, que o autoritarismo viceja.

É muito importante que tanto o Senado Federal quanto a Câmara dos Deputados façam esse exercício de memória para louvar a democracia, que, como já foi dito, é o pior dos regimes, à exceção de todos os outros. E também para mostrar que na luta pela democracia, que também se processa no Congresso Nacional, em cada Assembléia Legislativa e em cada Câmara dos mais de 5.500 Municípios brasileiros, está se escrevendo a nossa história livre de cassações, de repressões, de toda e qualquer ameaça à liberdade.

Vamos comemorar, depois de amanhã, a Proclamação da República. Como alertava um republicano, se não nos esforçarmos, todo o afã republicano ficará vazio, não terá significado para a nossa história. Aliás, muitos republicanos históricos, poucos anos depois da Proclamação, que galvanizou corações e mentes e livrou-nos de um regime monárquico que, àquela ocasião, já não se adequava aos anseios da maioria da população, disseram: “Não é esta a República dos nossos sonhos”.

Em 1945, um grande brasileiro chamado Hermes Lima disse que a política institucional do Brasil tem medo do vulcão chamado povo, que não pode ficar adormecido, é preciso dar-lhe um duto de participação. Por outro lado, o grande jurista Raymundo Faoro, no último capítulo do clássico *Os Donos do Poder*, também bate na mesma tecla. Diz ele que, muitas vezes, os que no Brasil recebem a delegação, os mandatários, acabam se tornando apenas gerentes de negócios menores. Esse é o desafio que temos de enfrentar e vencer.

Estamos celebrando essa vivência democrática parlamentar numa semana em que pesquisa encomendada pela Ordem dos Advogados do Brasil revela que, das instituições nacionais, uma das que têm menor credibilidade é o Poder Legislativo. Este Poder é o mais controlado socialmente. Nenhum dos seus membros tem estabilidade. A cada 4 anos, temos de nos submeter não só aos trâmites interno dos partidos – que precisam deixar de ser caciquistas, controladores, fisiológicos, para se tornarem mais doutrinários, programáticos, expressão de vontades em conflito na sociedade –, mas sobretudo ao grande vestibular das urnas.

Ainda assim, sendo o Poder mais controlado socialmente, temos de nos preocupar com nossa representação, para que nenhum Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal ou Senador se considere legitimado pelos anos do seu mandato, que passa tão rápido. Nossa legitimação é permanente. Não fomos eleitos para substituir o povo, que nesta República cada vez mais se organiza para conquistar seus direitos legítimos, mas para representar a população, que às vezes nos diz que a representamos mal.

Portanto, esta é uma celebração da democracia. E exatamente por ser celebrada neste Parlamento tantas vezes enxovalhado por poderes autocráticos, tantas vezes incômodo às mentalidades autoritárias, a democracia entre nós precisa consolidar-se no dia-a-dia através da nossa representação legítima, autêntica, abnegada, porque acima do poder, do prestígio e do dinheiro devem estar a dedicação às causas fundamentais da nacionalidade – causas que podem ajudar o Brasil a sair do atoleiro em que se encontra, que podem ajudar a diminuir a fragilidade de nossas contas públicas, que podem diminuir a nossa dependência externa, para termos um horizonte de desenvolvimento econômico e justiça social.

O grande Mário Covas, em palavras insculpidas em letras de bronze na entrada do Anexo II desta Casa, disse que, com todas as mazelas e deficiências,

sempre é melhor um Poder Legislativo aberto do que cerrado, mudo, silenciado.

Companheiros e companheiras – permitam-me tratá-los assim –, estamos todos exercendo a belíssima função de representantes do Poder Legislativo, cuja função primordial é a de fazer leis, mas também de fiscalizar o Executivo.

Queremos reafirmar o espírito que tem inspirado o Congresso Nacional nesses 180 anos. Não há democracia sem Parlamento livre. Não há Parlamento livre sem representação genuína e autêntica das diferentes expressões de pensamento na sociedade. Não há diferentes expressões de pensamento na sociedade sem povo com cidadania, educação, saneamento básico, terra, teto e trabalho.

Essa é a nossa luta, a nossa esperança; esse é o futuro que começamos a construir há 180 anos, do qual todos, sem exceção, somos protagonistas na nossa representação. Não há o maior, nem o menor; não há quem tenha mais ou menos poder. Há um afã que nos iguala: construir um Brasil justo, democrático e soberano.

Viva o Parlamento nacional! Viva cada Câmara Municipal! Vivam todas as Assembléias Legislativas! Viva o povo brasileiro!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Romeu Tuma, que falará em nome do Senado Federal. (Palmas.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney; caro Deputado João Paulo Cunha, ilustre Presidente da Câmara dos Deputados; ilustres representantes das associações de Câmaras Municipais, inicialmente, queremos saudar o Senador Sérgio Zambiasi (palmas) pelo vigor com que trouxe a nós o entusiasmo de V.Exa., Presidente José Sarney, e do Presidente João Paulo nas discussões da Comissão criada para elaborar o programa de comemoração dos 180 anos de existência do Parlamento brasileiro. S.Exa. transmitiu-nos o desejo de que dela participássemos de coração e alma, para que esta sessão tivesse o brilhantismo de que se reveste, com a presença maciça de representantes de todos os Parlamentos brasileiros, principalmente das mais antigas Casas legislativas nacionais.

Comprovamos a visão do Presidente José Sarney ao estimular a TV Senado, o INTERLEGIS, ao realizar algumas audiências por intermédio desse sistema para dizer que hoje não seria um dia em que iria-

mos tomar champagne e comer bolo de aniversário. Seria, sim, um dia em que invocaríamos o que representa o Parlamento brasileiro, um dia de trabalho, como nos diz o Senador Sérgio Zambiasi todas as manhãs ao nos encontrarmos: “Não esqueça que vai ser um dia de trabalho”.

O evento que hoje realizamos é importantíssimo para o Congresso Nacional, principalmente para a sociedade ter conhecimento da nossa unidade. Na verdade, os Poderes são independentes, mas se entrelaçam quando buscam o interesse público.

Hoje estamos encerrando as comemorações pelo transcurso dos 180 anos de criação do Parlamento brasileiro. Nesse período, pudemos recuperar muitas informações, refletir sobre o papel do Poder Legislativo e aprofundar nossos conhecimentos sobre as atividades e a importância do Congresso Nacional, verdadeiro guardião da democracia e das liberdades em nosso País.

Entre as tantas reflexões que fizemos sobre a importância do Poder Legislativo, em meio a essas comemorações destacaria, como conclusão inarredável, o estreito vínculo entre o seu funcionamento e a consolidação da democracia. Em que pese a outros aspectos igualmente importantes, como a contribuição para a manutenção da unidade nacional e a defesa da soberania, acredito que, por sua própria natureza, de representação popular, o Congresso Nacional identifica-se com a liberdade que tem o povo de escolher o seu próprio destino.

Desde os primórdios da nossa independência, o Parlamento sempre esteve presente na nossa organização político-administrativa. É certo que a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Brasil acabou sendo fechada por decreto do Imperador Dom Pedro I sete meses após iniciar seus trabalhos, em 1823, para retomá-los somente três anos depois. A atitude de Dom Pedro I é creditada à reação dos Parlamentares, que não aceitavam ficasse o Parlamento submisso ao poder do Imperador. É certo também que o Congresso Nacional foi cerceado em outras ocasiões, como no Estado Novo e na vigência do regime militar. Ainda assim, o Brasil soma o terceiro maior tempo de atuação do Parlamento, logo após a Inglaterra e os Estados Unidos.

A história do Parlamento brasileiro, como disse, confunde-se com a nossa história político-administrativa. Ao longo desse tempo, os Parlamentares viveram com intensidade os fatos marcantes da nossa história, a começar pela abdicação de Dom Pedro I em favor de seu filho, Dom Pedro II, então com apenas 5 anos de idade. Foram momentos difíceis para

o País, porquanto o Imperador havia se desgastado politicamente e o filho era menor de idade. O período da Regência seria marcado por desentendimentos entre os grupos políticos e pelas revoltas nas Províncias – a Cabanagem, no Pará, a Balaiada, no Maranhão, a Sabinada, na Bahia, e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, foram as principais –, além de motins no Rio de Janeiro e revoltas liberais em São Paulo e Minas. A atuação dos Deputados e Senadores naqueles momentos tão conturbados foi, mais do que importante, fundamental para a manutenção da unidade nacional.

Na primeira metade do reinado de Dom Pedro II, o País viveria período de paz, de consolidação da ordem social. A indecisão e a demora na Abolição da Escravatura ocasionou desgastes ao Imperador, que enfrentou grave oposição na imprensa e no Parlamento. Aos abolicionistas juntaram-se os republicanos, descontentes não apenas com o sistema de governo, mas também com o envolvimento do Brasil na Guerra do Paraguai e com as suas conseqüências na economia nacional. Se, de um lado, o fim da escravidão beneficiou o Imperador perante os abolicionistas, de outro, provocou seu desgaste junto à aristocracia rural, que passou a apoiar os republicanos.

Há que se destacar nesse período a combativa atuação dos Parlamentares pela abolição. Na Câmara ou no Senado, Parlamentares como Joaquim Nabuco, José Bonifácio, Quintino Bocaiúva e Nicolau Vergueiro empreenderam decisiva campanha contra a escravidão, aliando-se a intelectuais, artistas e jornalistas renomados, como José do Patrocínio, este inclusive filho de escrava alforriada.

Com a Proclamação da República, o Parlamento mudaria de feições. Os Senadores deixaram de ser vitalícios, o princípio federalista foi inserido na Constituição de 1891 e tem sido reiterado em todas as Cartas desde então. Entre tantos vultos de renome na política nacional, no começo do século passado, sobressaiu – seria injusto omitir – o intelectual, estadista e juriconsulto Rui Barbosa. Apelidado de Águia de Haia por sua atuação representando o Brasil na Segunda Conferência de Paz naquela cidade holandesa, Rui elevou o nome do Brasil no cenário internacional e honrou nosso Parlamento como Deputado e Senador.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, mais especificamente com a decretação do Estado Novo, o Congresso conheceria alguns dos seus momentos mais difíceis. A Constituição de 1937 instaura o regime ditatorial e as atribuições do Parlamento so-

mente seriam recuperadas com a destituição de Getúlio Vargas pelos Ministros militares em 1945.

O Congresso brasileiro voltava a funcionar e a participar ativamente da vida nacional. Experimentamos, então, um período de desenvolvimento econômico. Passados os horrores da Segunda Grande Guerra, ainda conviveríamos por muitos anos com os embates ideológicos da Guerra Fria. Esse período de redemocratização compreendeu, sucessivamente, os Governos de Dutra, novamente Getúlio – que se suicidaria em 1954, em meio a grave crise política – Juscelino, Jânio Quadros e João Goulart.

Além do suicídio de Getúlio, que provocou forte comoção em todo o País, há que se destacar no período o desenvolvimento implementado por Juscelino Kubitschek; a mudança da Capital para Brasília, integrando as vastas porções do nosso território que estavam alijadas do processo de desenvolvimento; a renúncia de Jânio Quadros e a experiência parlamentarista entre setembro de 1961 e janeiro de 1963.

A redemocratização se consolidaria com a convocação da Assembléia Constituinte de 1987, e a promulgação da Carta Magna no ano seguinte. Desde então, as atribuições do Parlamento brasileiro foram ampliadas, bem assim as oportunidades de interferência popular e de participação das comunidades na gestão político-administrativa. Nos anos mais recentes, há de se citar o episódio do **impeachment** do Presidente Fernando Collor, votado com absoluta serenidade pelo Congresso e acompanhando, também da forma pacífica, pela população brasileira.

Uma descrição detalhada da História política brasileira ou das atividades parlamentares, abrangendo período tão extenso, foge ao nosso escopo. Entretanto, caros colegas, procurei alinhar, ainda que rapidamente, alguns episódios da vida nacional, demonstrando o quão estreitamente esta Casa está a ela vinculada, nos momentos mais críticos ou mais festivos.

Em todos esses momentos, Sr. Presidente, nobres colegas, os Parlamentares têm se irmanado com o povo brasileiro, identificados com os seus sonhos, com suas aspirações.

É importante ressaltar esses feitos, porque subsiste certa descrença arraigada em alguns segmentos da sociedade brasileira em relação ao papel de nossas instituições, entre elas o Congresso Nacional. Na verdade, esse descrédito se deve, no mais das vezes, a um desconhecimento cabal das atividades legislativas. Por exemplo: boa parte da população acredita que nós, Parlamentares, trabalhamos de terça a quinta-feira, porque a mídia mostra os plenários das

duas Casas vazios nos demais dias. Essa parcela da população ignora que o nosso trabalho mais intenso se dá nas Comissões e nos órgãos técnicos, e que o plenário só fica repleto quando há deliberações de grande importância em pauta.

Aqui abriria um parêntese para cumprimentar o Presidente José Sarney, cujo objetivo é levar para fora do Parlamento as atividades legislativas e auxiliar os Srs. Vereadores, os Srs. Prefeitos, os Srs. Deputados Estaduais por meio do INTERLEGIS, do ILB e da televisão e rádio do Senado e da Câmara, para que haja efetiva participação da sociedade no trabalho parlamentar. Assim, com o projeto de ação participativa mediante o qual o próprio povo, por meio de abaixo-assinados, pode apresentar projetos, cada vez mais, Deputado Chico Alencar, como V.Exa. referiu desta tribuna, estamos chegando perto do coração do povo. Provavelmente, o Congresso Nacional receberá as honras por tudo o que tem sido feito pelos Presidentes das duas Casas.

Ignora, igualmente, a sociedade que muitos Parlamentares, embora presentes na Casa, não se encontrem em plenário, porque os horários das sessões muitas vezes coincidem com o das atividades de Comissões. Da mesma forma, não percebe que a atividade parlamentar impõe ao Senador e ao Deputado freqüentes obrigações a serem cumpridas em seu Estado de origem ou mesmo em outros pontos do território nacional. Por isso, é fundamental que o Parlamento amplie seus canais de comunicação com o eleitorado e com as comunidades em geral, como já vem acontecendo por meio dos periódicos e emissoras institucionais ou por meio de serviços como o Fala Cidadão.

É absolutamente necessário, Sras. e Srs. Congressistas, que nos aproximemos do cidadão brasileiro, estreitando o contato entre os representantes e os representados, para que eles possam não apenas avaliar o nosso trabalho, mas também participar dele de forma mais direta e mais freqüente, não se restringido à mera escolha dos Parlamentares por meio do voto.

O fortalecimento do Congresso, em última análise, é o fortalecimento da representação popular. Vale dizer: é o povo no poder. Ainda que os mandatários do Poder Executivo sejam eleitos pelo voto popular, o Poder que representa a população e as unidades federadas é o Legislativo, nas duas Casas que o compõem: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Hoje, o Poder Legislativo se revigora em todo o mundo. Entretanto, há algumas décadas, ele foi questionado em democracias tradicionais da Europa,

como na Alemanha, na França, na Itália e na Suíça e também nos Estados Unidos, no México e em países sul-americanos. O questionamento do papel dos Legislativos ganhou força porque o Poder Executivo, na condição de realizador dos projetos e programas de governo, julgava-se em melhores condições para também legislar sobre eles. Além disso, o Parlamento, dada a sua condição de órgão colegiado, formula, aprecia e delibera de forma mais lenta, como é natural, obedecendo a processos mais complexos e negociando as posições divergentes.

Essa complexidade do processo legislativo é a garantia de que as proposições, antes de se tornarem leis, serão examinadas em todos os seus aspectos, avaliando-se os seus desdobramentos e o seu impacto nos diferentes segmentos da sociedade. De fato, meus nobres colegas e Srs. Vereadores presentes, não se pode exigir rapidez na apreciação de matérias de alta complexidade, sob pena de termos de arcar com graves conseqüências.

Entretanto, as atribuições do Poder Legislativo não se resumem à ação legiferante. Nesse sentido, lembraria as palavras do Presidente americano Woodrow Wilson, quando professor em Princeton:

“Tão importante quanto legislar é fiscalizar atentamente a administração e, mais ainda, instruir e orientar o público sobre assuntos políticos de interesse nacional”.

Aqui cabe registrar que o chamamento do povo, para discutir e opinar sobre grandes projetos de interesse nacional, tem ocorrido com muita freqüência entre nós por meio de audiências públicas e outros eventos abertos à população.

Felizmente, Sras. e Srs. Congressistas e colegas de outros Parlamentos, o papel do Poder Legislativo foi reavaliado pelos brasileiros e pelos demais povos de tradição democrática, prevalecendo hoje o entendimento de que a expressão e a liberdade de um povo se consolida no funcionamento regular do seu Parlamento, da menor à mais elevada instância.

Aliás, aproveitando a referência às instâncias do Poder Legislativo, não posso deixar de registrar a alegria que tivemos em comemorar na parte da manhã, no Senado Federal, o Dia Nacional do Vereador, em sessão especial que tive a honra de propor e que, de imediato, teve acolhimento dos ilustres colegas. Como estamos festejando os 180 anos do Parlamento no Brasil, é de todo oportuno lembrar – conforme já salientara na abertura dessas festividades – que as Câmaras Municipais se enraizaram de tal forma na sociedade brasileira, desde os tempos coloniais, que

se mantiveram ativas ao longo de todo esse tempo e, hoje, vivem ainda um processo de notável fortalecimento.

São os Vereadores, Sr. Presidente, que personificam, na área legislativa, a estrutura básica do nosso Estado de Direito. Sua escolha representa a mais autêntica opção do eleitor, porque está mais próximo dele e porque conhece de perto os problemas da comunidade. Eventual adoção do voto distrital, recorrentemente proposto para as Assembléias e a Câmara dos Deputados, corresponderia, de certa forma, a uma “municipalização” do voto, no sentido de que o eleitor estaria votando em alguém mais próximo dele, em alguém que conhece melhor e com quem melhor se identifica.

As Câmaras Municipais têm sido o celeiro de boa parte dos grandes Parlamentares e estadistas brasileiros, que ali colhem a experiência a ser utilizada em sua trajetória de homens públicos.

Por isso, aproveitando o ensejo, quero daqui cumprimentar, mais uma vez, os 60 mil Vereadores que, com dedicação e tenacidade, exercem seus mandatos em todos os Municípios brasileiros. (Palmas.)

Finalmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ao se encerrarem as festividades comemorativas do 180º aniversário de criação do Parlamento no Brasil, quero manifestar minha crença no grande poder de transformação que tem essa Instituição; e quero destacar sua elevada contribuição no processo de fortalecimento e de progresso do nosso País, porque essa é a missão sagrada que nos foi confiada pelo povo brasileiro. (Palmas.)

Sr. Presidente, informo a V.Exa. que os Srs. Vereadores, por intermédio de trabalho do Interlegis, farão a distribuição de um **kit** completo sobre essa importante legislação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG.) – Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney; Exmo. Sr. Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados; Sr. Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, Deputado Estadual Alexandre Postal; Sr. Presidente da União Brasileira de Vereadores, Vereador Luiz Fernando Alves Godoy; Sr. Presidente da Associação Brasileira das Câmaras Municipais, Vereador Rogério Rodrigues da Silva; demais autoridades presentes; Srs. Ministros de Estados que nos

honram com a sua presença; Srs. Presidentes de Câmaras Municipais; Srs. Presidentes de Assembléias Legislativas; Srs. Vereadores; Srs. Deputados Estaduais; Sras. e Srs. Senadores; Sras. e Srs. Deputados.

Esta Casa e esta Instituição nasceram hoje? Nasceram ontem? Não, Sr. Presidente! Esta Instituição, o Poder Legislativo – nacional, estadual e municipal – é obra de muitos e muitos anos, de séculos e séculos de esforço, de lutas revolucionárias e também da elaboração da inteligência de elites e lideranças em todo o mundo.

Somos descendentes remotos da democracia espiritual dos hebreus; somos desdobramentos, também longínquos, da construção institucional dos gregos; e somos depositários muito próximos, embora longe nos tempos, das regras magníficas da república romana. Mas tudo isso ficou desaparecido anos, séculos e séculos, e depois de tempos e tempos – 1688, 1689 –, os ingleses, na gloriosa Revolução Liberal, instituíram o Parlamento, que foi completado, 100 anos depois, pelos acordos democráticos da Revolução Francesa.

Essas formulações históricas, obras da inteligência, mas da luta de líderes sofredores, recaíram sobre os dias iniciais da nossa Pátria por volta de 1821.

Mas é interessante refletir, Sr. Presidente, ao focalizar os 180 anos do Parlamento brasileiro, da instituição parlamentar, sobre os desdobramentos de uma edificação que está diante de nós, com Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores, que somos todos, quer queiramos ou não, representantes do povo brasileiro. (Palmas.)

É que as sucessivas pedras dessa construção, sobretudo no Brasil, mostram que a democracia é o regime de liberdade, de garantias individuais e de busca da igualdade social. Mas a democracia é, no seu mecanismo maior, a representação do povo. E essa representação é um contínuo esforço, um trabalho complexo, que a História não mostra ao longo desses anos, principalmente em nosso País.

As primeiras eleições para as Câmaras Municipais no País ocorrem no início do século XVII, quando aparecem também os primeiros momentos da representação entre nós. Indiscutivelmente, durante os primeiros 300 anos da história brasileira é que vão se forjar, nas Câmaras Municipais, as representações que, mais tarde, ao tempo da independência, se transformam em lideranças regionais e nacionais.

É interessante verificar, Sr. Presidente, o sistema eleitoral. O sistema eleitoral é a mola da representação, é a maneira de o povo chegar, por meio dos seus mandatários, a exercer a sua vontade, as suas decisões.

No Brasil, a primeira eleição para Deputado foi em 1821. Adotamos as regras eleitorais da Constituição de Cadiz, de 1814, da Espanha. Era uma eleição interessante. O povo se juntava numa paróquia e elegia os compromissários; os compromissários depois se reuniam e elegiam os eleitores paroquiais; em seguida os eleitores paroquiais da Província se uniam para eleger os Deputados. Era uma eleição indireta de 4 pleitos.

E foi essa eleição que permitiu que o Brasil se fizesse representar nas Cortes de Lisboa em 1821, quando Portugal deu início ao processo democrático da sua história.

Logo depois, para a convocação da Assembléia Constituinte de 1823, José Bonifácio, num Aviso como Ministro do Império, baixa as regras eleitorais que iriam vigorar praticamente até 1881. A eleição, então, seria feita em 2 momentos. O povo se reunia para eleger os delegados eleitores, e estes elegiam os Deputados. Esse sistema vigorou entre nós e permitiu o aparecimento dos grandes partidos do Império – o Partido Liberal e o Partido Conservador –, o que proporcionou que significativos momentos na vida parlamentar ocorressem no País.

Em 1881, um grande movimento popular, com apoio das lideranças maiores da época, reforma o sistema eleitoral. E o Primeiro-Ministro, José Antônio Saraiva, promulga a eleição direta para Deputado naquele ano.

Foi de tal repercussão a eleição direta implantada no Brasil, em 1881, que no pleito seguinte Ministros de Estados, em pleno exercício no Ministério, foram derrotados, o que revelava notável avanço no nosso processo democrático.

Com a República, Sr. Presidente, houve um retrocesso. A República implantou-se e não se admitiu na prática mais do que um partido, o Partido Republicano. E o chamado Regulamento Alvim, Ministro do primeiro Governo, presidido por Deodoro, constituiu, na realidade, um conjunto de regras para permitir que só fosse eleito aquele que estivesse sob a bandeira e nas listas do Partido Republicano.

No entanto, há no Brasil um acontecimento interessante. Durante o Império, depois de 1860, instituiu-se entre nós o voto distrital, não com 1 Deputado

por Distrito, mas com 3 Deputados por distrito, conhecido como círculo eleitoral.

Com a República, alteraram esse esquema. Manteve-se o distrito, mas em vez de 3 Deputados por distrito, fixaram em 5. E o eleitor poderia votar 4 vezes para as candidaturas a Deputado Federal. Era o chamado voto cumulativo. Uma só pessoa poderia votar em 4 pessoas, se quisesse. Ou, então, espalhavam-se os 4 votos entre os candidatos do Partido Republicano ou da dissidência republicana, dentro do distrito.

A verdade é que o sistema eleitoral de 1891 a 1930 foi fraudulento e permitia aos candidatos do Governo uma esmagadora maioria. Era a República dos Coronéis e dos Governadores, isto é, dos Presidentes de Estados que dominavam, de forma absoluta, o processo político neste País.

Em 1930, a revolução vitoriosa deveria trazer no seu bojo, de acordo com a pregação da Aliança Liberal, que foi, indiscutivelmente, o seu grande sustentáculo, uma reviravolta no sistema eleitoral, que permitisse que as eleições fossem honestas e regulares.

E assim aconteceu com o Código de 1932, inspiração do grande gaúcho Assis Brasil, quando se inicia neste País, de forma clara, o sistema proporcional que todos conhecemos, com cálculo dos quocientes partidário e eleitoral.

Mas já existia uma tendência para se criar o sistema de listas no pleito de 1933, para a Assembléia Constituinte de 1934, como também no pleito de 1935, para as Assembléias Legislativas dos Estados, que começam a existir.

Passada a Ditadura Vargas, em 1946 assistimos à implantação de um regime democrático centralizador no tocante ao poderio que dá ao Governo Central – aliás, sabemos que a União ainda hoje tem muita força e que os Prefeitos sofrem com esse poderio e com a fraqueza dos Estados e Municípios. Em 1946, mesmo com o excesso de fortalecimento da União, cria-se entre nós o regime democrático que permite a consolidação de grandes e saudosos partidos: UDN, PSD, PTB, PR, PDC, PSP, PL, até o Partido Comunista, embora de exígua existência, e alguns partidos socialistas surgidos da então chamada esquerda democrática, que pertencera à União Democrática Nacional.

Foi uma fase em que os partidos eram fortes, os partidos existiam. Os partidos existem hoje, Sr. Presidente!? Talvez um ou outro. Mas naquela época os partidos eram fortes e não se precisava falar em fidelidade partidária, porque ela existia do coração para

fora, não por imposição de ordem legal. Os possedistas então aplaudiam fervorosamente Kubitschek; os udenistas gostavam de reviver a figura do Brigadeiro Eduardo Gomes. E assim também os partidários do PR, PSP, PDC e de todos os partidos, ao redor de seus líderes.

Hoje, Sr. Presidente, passados esses tempos, estamos vivendo uma fase de crise na representação política. Temos que assim dizer nesta solenidade, diante de Vereadores tão vividos e experimentados – aliás, não existe representação nem mandato mais autêntico do que o daqueles que integram as Câmaras Municipais.

Diante dessa platéia extraordinária chamo a atenção de todos para essas reflexões.

Hoje em dia, verificamos, por exemplo, na eleição para Deputado Federal, por meio do chamado voto uninominal, que candidatos são mais poderosos do que os próprios partidos. Em muitos Estados brasileiros os Deputados mais votados obtêm cerca de 250 mil a 300 mil votos; os médios, eleitoralmente falando, de 80 mil a 100 mil votos. Todavia, cumpre observar, em meio a esse cenário, que alcançar 200 mil votos em uma eleição não é fácil e, às vezes, não é democrático.

Ao longo de 180 anos assistimos à luta dos líderes políticos para superar as dificuldades e criar arranjos a fim de que a democracia alcançasse sua plenitude. Assim foi no início do Império, passando do voto de 4 graus para 2 graus; com o voto direto em 1861, com o sistema proporcional depois de 1930 e, finalmente, com a presença de grandes partidos após 1946.

Se a inteligência brasileira, nesses momentos, soube se adaptar aos reclamos da democracia para que esta alcançasse sua plenitude, hoje V.Exas., Sr. Presidente José Sarney e Sr. Presidente João Paulo, influentes lideranças na vida política deste País, juntamente com aqueles outros que compõem os comandos partidários, enfim, todos nós, em conjunto, que representamos o povo, precisamos refletir bastante e saber adaptar um sistema de representação eleitoral às exigências do momento, para que determinados tipos de influência não venham predominar e manchar o processo político brasileiro.

Sr. Presidente, as circunstâncias de agora são difíceis. Novas figuras começaram a aparecer no cenário político. A mídia aí está com o seu poderio, em âmbito municipal, estadual, nacional e até mesmo internacional. A mídia às vezes – devo dizer a V.Exa., Sr. Presidente – não é boa amiga da democracia, mas constitui indiscutivelmente manifestação demo-

crática que precisa ser regulamentada, para que possa, de fato, trazer sua melhor contribuição, com comunicação e informação, a fim de que a população conheça as maiores questões e decisões nacionais. (Palmas.)

Portanto, Sr. Presidente, as minhas palavras nesta hora, convocado que fui por V.Exa. e pelo Presidente da Câmara, Deputado João Paulo Cunha, têm por objetivo chamar a todos para uma reflexão sobre esses 180 anos. Reflexões democráticas, porque a democracia contém princípios eternos e perenes, que precisam ser adaptados e construídos para cada momento, cada hora e para determinado quadro da história.

Vivemos um momento da história em que a democracia no Brasil clama por novos institutos para que realmente possa se afirmar, para que os direitos políticos e sociais dos cidadãos possam de fato ser concretizados

A democracia é para todos nós, sobretudo para a civilização ocidental, a grande inspiração e aspiração. A democracia é aquela coisa que temos de amar, porque é quem faz a felicidade do povo. Como disse o grande filósofo francês Bergson, “a democracia é de essência evangélica”.

Srs. Vereadores, Srs. Prefeitos, Srs. Deputados, Srs. Senadores, neste instante dirijo a todos palavras de congratulações pelo que realizam e pela luta que exercitam, a qual, embora às vezes incompreendida, é a melhor das lutas, porque a representação popular é a grande honra do homem público.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. JOÃO PAULO CUNHA (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Exmo. Senador José Sarney, ilustre Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal; Deputado Alexandre Postal, Presidente da União Nacional dos Legislativos; Vereador Luiz Fernando, Presidente da União Brasileira de Vereadores; Vereador Rogério Rodrigues da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Câmaras Municipais; caro companheiro Cristovam Buarque, Ministro de Estado da Educação; Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados Federais e Estaduais, Sras. e Srs. Vereadores, o Poder Legislativo é, ao mesmo tempo, o menos compreendido e o mais esquadrihado dos Poderes da República, seja em âmbito federal, seja em âmbito estadual ou municipal.

É exatamente no Parlamento que se encontram as idéias e as doutrinas. Aqui se reúnem os homens e as mulheres que pensam e trabalham com diferentes visões, mas sempre buscando um ideal. Desse confronto e interação de opiniões e idéias, surge a força do Parlamento, representado pelas Câmaras Municipais, Assembléias Estaduais, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Aliás, a história do Parlamento se confunde com a história do Brasil.

As Câmaras Municipais, mesmo antes da Independência, ainda quando vinculadas umbilicalmente à matriz, em Portugal, tinham suas representações.

Quero lembrar que a Câmara Municipal de Jundiá – aqui representada – foi inaugurada em 1656 na então Província e até hoje está de pé.

Foi a partir de 1822 que o Brasil adquiriu representação política com status paritário com a sua antiga metrópole. Veio a primeira Constituinte. Elegemos Deputados. Na ocasião, a maioria do povo brasileiro não votou, foi alijada do processo democrático. E mesmo os eleitos não lograram êxito ao apresentar e formatar suas idéias para uma Constituição – a primeira do Brasil independente –, porque o Imperador D. Pedro não as quis aceitar e resolveu tornar sem efeito o trabalho produzido.

A partir daí, porém, evoluímos. Passaram-se 60 anos entre a Independência e a República, período muito forte para nosso País, de rica experiência. Depois da República, presenciamos o crescimento da participação do povo brasileiro nos destinos da Pátria. É verdade portanto que, no decorrer do tempo, houve crescente participação do povo.

Hoje, somos uma Nação de 175 milhões de brasileiros – 115 milhões de eleitores –, uma das maiores do mundo. E, por excelência, temos emblemático sistema eleitoral que serve de modelo para o resto do mundo: a votação eletrônica.

É verdade que, à época do Império e na primeira parte da República, a representação no Parlamento era circunscrita a uma parcela da elite brasileira; o povo ainda não tinha participação. As mulheres somente adquiriram direito a voto em 1934. E vivemos, restringindo-me apenas ao século XX, dois longos períodos de ditadura.

O Parlamento, apesar de ter sido altivo, forte e lutador em muitos momentos, foi amordaçado e teve reduzido seu poder de falar, de legislar e muito de fiscalizar; mesmo assim resistiu. Resistiu e adquiriu, no recente processo de redemocratização do País, do meu ponto de vista, forma mais próxima da população brasileira. E fez com que produzíssemos uma boa

Constituição. A Constituição de 1988, acredito, efetivamente representa a nova fase do Brasil.

E é natural que, depois de longo período de arbítrio, toda aquela demanda reprimida de vontade popular extravasasse e chegássemos ao processo constituinte. Nesse processo – temos de deixar firmado para a História –, cumpriu papel preponderante o Presidente da ocasião, com quem tenho muito orgulho de dividir a Mesa, o Presidente José Sarney. O processo constituinte teve sua mão. (Palmas.)

Todos conhecemos o processo recente da política brasileira, em que há crescente participação. O exemplo hoje aqui é eloqüente, pela quantidade de Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores da República presentes – e avisto daqui o Senador Marco Maciel, na sua humildade, sentado, participando da nossa sessão. (Palmas.)

Efetivamente, essa integração entre os Parlamentos pode produzir renovado combustível para nosso trabalho na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, nas Assembléias Estaduais e nas Câmaras Municipais, a fim de que possamos, de fato, levar nossa representação às últimas conseqüências.

É importante dizer que a representação de um Parlamentar é originária de várias fontes, e quem não conhece isso não sabe lidar com o Parlamentar. Há Parlamentares oriundos da idéia, da doutrina, do debate político, da polêmica; dessa origem, nasce um Parlamentar. Há outros Parlamentares originários do empenho num tema, do aprofundamento de um assunto, do trabalho, daí vêm aqueles mais ligados à saúde, à segurança, ao mundo do trabalho, à agricultura. Há aqueles originários da estrutura partidária, que reconhecem o valor do partido como produção coletiva, geram uma idéia e a vendem à sociedade, para que esta faça a avaliação; uma parcela dos Vereadores, dos Deputados e Senadores tem essa origem.

É dessa mistura de origens e fontes que surgem os Parlamentos. E é daí que surgem nossa força e nossos defeitos, o que faz com que o Parlamento seja atacado muitas vezes de forma injusta. Não se pode julgar o conjunto dos Vereadores e dos Deputados pela ação de um só. É preciso separá-los. (Palmas.) E pode ocorrer que, quando o próprio Parlamento não toma essa medida, o povo tome. O povo é sábio, sabe separar e sabe muito bem votar. E, quando as condições lhe são dadas, o povo exerce, na sua mais ampla conseqüência, seu direito de escolher aquele que melhor o representa.

Por isso, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Senadores, com muito orgulho, realizamos esta ses-

são solene e, com muita satisfação, homenageamos o Parlamento Brasileiro por seus 180 anos. Este Parlamento foi construído, como dito em nossa propaganda nas revistas do último final de semana, com H maiúsculo, exatamente o H formado pelos prédios das duas Casas do Congresso Nacional.

Na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, temos empreendido grande esforço para que nosso País esteja absolutamente preparado para enfrentar os novos desafios do século XXI. E esses desafios estão todos enfeixados em um só tema, em um só objetivo, em uma só procura: melhorar as condições de vida do nosso povo, para garantir melhor futuro às famílias brasileiras. É isso o que tem nos movido, é isso o que tem movido nosso trabalho.

Como nenhum homem é universal se não amar sua própria aldeia, quero encerrar, Presidente José Sarney, saudando os Vereadores de Osasco – e o seu Presidente, em particular –, minha cidade, onde fui Vereador, com muito orgulho, por 6 anos.

Com 24 anos, fui Vereador, exerci o mandato na plenitude e, a partir dali, adquiri a dimensão política necessária para pensar o conjunto do País, a relação com o mundo, olhando para nossa província e acreditando que o mundo pode ser melhor. E, para ser melhor, é importante que se tenha melhor economia, liberdade assegurada e democracia. Mas não existirá democracia se o Parlamento não funcionar na sua plenitude. Para isso, precisamos saudar os 180 anos do Parlamento brasileiro.

Vivam os Vereadores, Deputados e Senadores! Viva o povo brasileiro! Viva nosso Parlamento!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Estamos chegando ao fim de nossa sessão.

Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha, revelação de talento político, de capacidade de comando e de espírito público à frente da Câmara dos Deputados; Sr. Presidente da União Nacional dos Legisladores, Deputado Alexandre Postal, que compõe nossa Mesa; Sr. Presidente da União Brasileira de Vereadores, Vereador Luís Fernando Alves de Godói; Sr. Presidente da Associação Brasileira de Câmaras Municipais, Vereador Rogério Rodrigues da Silva.

Quero registrar, com muita satisfação, a presença neste plenário do Senador Cristovam Buarque, Ministro da Educação.

Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, Srs. Deputados Estaduais, Srs. Vereadores, que minhas primeiras palavras sejam de gratidão. Gratidão, em

primeiro lugar, pelos membros da comissão organizadora dos festejos e da comemoração destes 180 anos do Parlamento brasileiro, que, durante todo este ano, promoveu eventos, publicações e procurou despertar a consciência nacional para a importância desta data: Deputado Chico Alencar, Senador Romeu Tuma, Deputado Bonifácio de Andrada e o Senador Sérgio Zambiasi. (Palmas.)

Quero agradecer também a correspondência de sentimento na presença e na mobilização de Deputados Estaduais, Assembléias, Vereadores, Câmaras Municipais, que atenderam ao nosso chamamento e se juntaram a nós neste ano, e que aqui estão presentes na sessão em homenagem à data que, sem dúvida alguma, para todos nós, é extremamente simbólica na história do Brasil.

Esta sessão é uma sessão de memória, de invocação e de símbolo.

Ainda ontem, na comemoração do centenário do Tratado de Petrópolis, que possibilitou a incorporação do Acre ao Brasil, tive a oportunidade de ressaltar que o país que não pensa e não cultua o seu passado fica vulnerável para enfrentar os problemas do presente e perde a perspectiva do futuro. Portanto, o que fazemos neste momento, por meio da leitura do passado, é uma avaliação do presente e firmamos uma crença extraordinária no futuro.

Os políticos que começaram a fazer o Brasil eram homens que não sabiam o que era um parlamento, nunca tinham vivido essa experiência, a não ser dois ou três, como Antônio Carlos. Como se reunia um parlamento? De que maneira operava? Não existiam conduções. Eles vinham a cavalo ou a pé. Estes homens se reúnem e começam a construir as instituições políticas deste País através do Parlamento nacional. Somos os herdeiros dessa tradição, dessa visão que ficou até hoje e que temos de legar para o futuro. Aqui tivemos esses grandes extraordinários políticos que construíram o Brasil. Hoje continuamos essa obra política e vamos transferi-la àqueles que nos sucederem na eternidade do nosso País.

O Deputado Chico Alencar disse que estamos chegando perto do coração do povo. O Deputado Bonifácio José, representante dos Andradas, família que desde 1823 está no Parlamento, dizia que quase estamos chegando ao coração do povo. Digo que nós somos o coração do povo. (Palmas.) Não somos mais do que a expressão do mandato e da confiança daqueles que nos elegerem.

A idéia do Parlamento, da representatividade, é, sem dúvida, o coração da democracia. Desde a primeira vez em que se falou em democracia, desde o

discurso de Péricles aos mortos da Guerra do Peloponoso, até hoje, podem dizer tudo do parlamento, mas não se descobriu instituição melhor para se exercer o processo democrático. Churchill dizia que a democracia é muito ruim, mas não temos nada melhor.

A construção do Brasil começou, portanto, antes mesmo da Independência, com a convocação de uma Constituinte, com a noção de que o País teria que nascer dentro do Parlamento, como a instituição maior, do governo do povo, para o povo e pelo povo.

Era o grande momento de duas idéias fundamentais da humanidade, o constitucionalismo e o parlamento. Ambas tinham suas histórias mergulhadas na antiguidade, mas haviam passado pela restauração que nascera nos gritos fortes de liberdade e de igualdade explodidos na revolução americana e a que se incorporara o desejo cristão de fraternidade no sonho da revolução francesa.

No Brasil, àquele tempo, fazíamos e sonhávamos com uma das primeiras constituições do mundo; fazíamos um país baseado na lei. Naquele momento só haviam a Constituição americana, esta construção que consegue o milagre de se manter de pé até hoje, por sua simplicidade, e a Constituição francesa, a terceira tentativa da pátria das idéias democráticas modernas. Os espanhóis haviam feito e desfeito a famosa Constituição de Cádiz, que tanto nos influenciou. Espanha, Portugal, vários países, como nós, tentavam, na terceira década do século dezanove, construir esse quadro dos direitos anunciados.

Começáramos abrindo o Parlamento, a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, convocada pelo Príncipe Regente – que ainda não era Imperador – atendendo proposta do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil. Parlamento tem a mesma origem que palavra, e carrega consigo a idéia do diálogo; traduz a conquista do direito de falar, de dar sua opinião: e o nosso refletia naquela casa de opinião e diálogo a idéia do Estado moderno, que é soberano por ser o resultado de um pacto social, por pressupor o equilíbrio entre o poder do cidadão e o poder da sociedade.

Esta a visão que fora condensada por Montesquieu: um sistema em que o cidadão abdica de parte de seus direitos individuais para assegurar os direitos de todos, um sistema dividido em poderes delegados que asseguram o equilíbrio entre direitos e deveres, entre forças encarregadas de conceber, executar e julgar em estreita harmonia.

O País não existia. Só existiam a idéia do Brasil, o Imperador e a coroa. Mas ao poder que sucedia os três séculos de monarquia absoluta, já dizia José Bo-

nifácio: “Aqui neste recinto só entrará o Imperador. Ninguém mais pode entrar, nem os ministros, nem ninguém”. O Imperador, quando foi à instalação da Assembléia Constituinte, deixou entrou sem a coroa no Parlamento.

Cochrane, almirante contratado para defender a Independência, julgava esse gesto como uma demoralização, porque jamais ele, como inglês, poderia conceber que a coroa do rei fosse tirada ao entrar no Parlamento. Nós fazíamos isso aqui no Brasil no ano de 1823.

Estes deputados traziam a alma impregnada das mais generosas idéias. Algumas eram universais, e com elas discutia-se a liberdade de imprensa quando não existia a imprensa, discutiam-se os predicamentos da magistratura quando não tínhamos magistratura, deliberava-se que ninguém poderia ser preso senão em flagrante delito quando o canhão estava à porta. Liberdades: pessoal, religiosa, de indústria, de imprensa; juízo por jurados, igualdade perante a lei, igualdade no acesso aos cargos públicos, inviolabilidade da propriedade, direito e dever de resistência à opressão... em tudo um panorama das idéias constitucionalistas. O Imperador seria a encarnação do Poder Executivo, mas seus ministros seriam responsáveis perante a lei, não os desculpando ordem do Imperador, verbal ou escrita, e o Imperador não poderia decretar sem o referendo dos ministros. O Legislativo não poderia ser dissolvido, e os vetos às leis teriam somente efeito suspensivo. O Poder Judiciário seria vitalício e inamovível, vedados os tribunais de exceção.

Mas muitas idéias eram nossas, e com uma delas construímos um país diferente: a idéia da unidade nacional, de que éramos, e somos, um só país, irmanado num desejo de fraternidade e de superação das diferenças. No continente de Bolívar, fizemos uma construção civil, em contraste à construção feita em batalhas que dividiu nossos vizinhos. Dentro da Constituinte, nascia a idéia de começar a lutar por este Brasil extraordinário, grandioso e continental.

Nossos colegas parlamentares daqueles dias em que se fundou o Brasil eram, como disse e insisto, generosos. Como disse o Deputado Chico Alencar, a primeira idéia discutida foi a da conciliação, o projeto de anistia. Muitos a reclamavam. Foi uma tradição brasileira a anistia que se repetiu ao longo do tempo, porque essa idéia estava no coração daqueles que instituíram o Parlamento brasileiro. Ainda ontem, no Senado, votávamos o projeto da anistia aos que fizeram greve em 1996. Votamos o projeto de anistia a todos os que se revoltaram em determinado tempo e fo-

ram punidos. A anistia é uma idéia-chave da alma brasileira, construída dentro do Parlamento, do diálogo, da compreensão da diversidade, é um patrimônio nosso. Fomos nós que a criamos e que a estamos mantendo. Certamente, levaremos ao futuro o legado da conciliação.

Nas memórias, nos anteprojetos de lei preparados para apresentação à Constituinte, a idéia do bem comum é o problema dominante. Idéia que, em suas várias faces, permaneceu e permanecerá no imaginário brasileiro. Para voltar a citar o Andrada, só duas delas foram superadas pelo tempo, a mudança da capital, que concluímos, e a fixação de nossas fronteiras, que Rio Branco concluiu há cem anos; mas as outras, a defesa do meio ambiente, a reforma agrária, a implantação do educação pública, a instituição de várias universidades no Brasil – e propunha uma em São Paulo, outra no Rio de Janeiro, outra no Norte e até em São Luís do Maranhão – o direito dos negros e índios, foram centro de atenção em todos os momentos de nossa vida parlamentar. Foram, e continuam a ser, pois todo Estado é um edifício em construção, em que os problemas se renovam e reapresentam com as transformações da sociedade de que ele é o agente.

Assim, na passagem desta data, verificamos que o Brasil foi feito dentro do Parlamento e que as instituições democráticas, as instituições políticas, a construção nacional não foram feitas em batalhas fora do Parlamento, mas dentro do Parlamento, no passado, no presente e no futuro. (Palmas.)

Aqui no Parlamento o Brasil foi criado, a Federação foi formada, pelo trabalho dos políticos brasileiros. Temos que enfrentar as críticas, mas, herdeiros dessa tradição, devemos estar orgulhosos do que a classe política fez pelo Brasil. No Parlamento, encontraremos todas as soluções dos nossos problemas, pois aqui é o lugar em que o povo pode questionar tudo, inclusive o próprio Parlamento.

O Congresso Nacional é a instituição do povo. Com a simples força das palavras e das idéias, a Nação existe, vive e é representada. Quando o Parlamento se fecha, baixa o silêncio sobre todos os direitos, porque o povo não tem aquela expressão da casa à qual recorre a fim de reivindicar seus direitos e formar sua consciência.

Evidentemente, de todos os Poderes, este é o mais criticado, conforme se observa nas pesquisas. Isso ocorre porque as decisões do Parlamento são tomadas à luz do dia, e os outros Poderes decidem de outra maneira. No processo de decisão, há influência de todos, dos que se sentem prejudicados e dos que se sentem confortados. Sem dúvida, ele leva a resis-

tências, a incompreensões, mas isso faz parte da democracia. É o preço que pagamos pela existência do Poder Legislativo.

Devo dizer que esses números que aparecem hoje são o dobro dos que apareciam no princípio do ano passado, porque cada vez mais o povo compreende as nossas dificuldades, mas é no Parlamento, quando todas as dificuldades estão presentes, que todos vêm em busca de solução.

O Congresso Nacional é uma Casa acima do tempo. Nossa história é a dos homens que defenderam o povo brasileiro. O Presidente João Paulo Cunha teve oportunidade de dizer que a história do Brasil inclui o Parlamento.

Quero terminar estas minhas palavras olhando para o passado e percebendo que somos herdeiros da tradição do passado. Para que não morra a memória dos homens que construíram o Parlamento do passado – não vou falar dos vivos, grandes e extraordinárias figuras da política brasileira, que mantêm a continuidade –, quero chamar, com os olhos no tempo, como se eles estivessem aqui presentes, aqueles que fundaram o Parlamento e levaram este País ao longo do tempo de sua história.

Em primeiro lugar, quero chamar José Bonifácio de Andrada e Silva;

quero chamar Antônio Carlos, o grande orador da Constituinte;

quero chamar Vasconcelos de Drummond, onde ele se encontra;

quero chamar Holanda Cavalcanti, Visconde de Albuquerque;

quero chamar Carneiro da Gama;

quero chamar Diogo Feijó;

quero chamar Bernardo Pereira de Vasconcelos, que, paraplégico, entrava no Parlamento empurrado por um palanquim e pedia licença para falar sentado;

quero chamar Acaiaba de Montezuma, o Visconde de Jequitinhonha;

quero chamar Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda;

quero chamar Miguel Calmon, Marquês de Abrantes, que, durante 12 anos, presidiu o Senado;

quero chamar o Visconde de Cairu, com as idéias que discutia na Constituinte a respeito da economia brasileira;

quero chamar Aureliano Coutinho;

quero chamar Teófilo Ottoni;

quero chamar Zacarias de Góes e Vasconcelos;

quero chamar Eusébio de Queiroz;

quero chamar Nicolau Vergueiro;

quero chamar Evaristo da Veiga;

quero chamar Paulino de Souza, Visconde do Uruguai;

quero chamar o Senador Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias;

quero chamar o Deputado Antônio Pereira Rebouças;

quero chamar o Senador Salles Torres Homem, Visconde de Inhomirim;

quero chamar o Deputado Maciel Monteiro, Barão de Itamaracá;

quero chamar Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná, o homem da conciliação;

quero chamar Nabuco de Araújo;

quero chamar seu filho, Joaquim Nabuco, pois até hoje todos nos valemos deles, citando suas palavras e a sua passagem;

quero chamar Saraiva, que se envolvia nas questões da Província Cisplatina;

quero chamar José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, que, além de todas as virtudes, teve a de nos legar seu filho, o Barão do Rio Branco, que pensou na unidade do País e de nossas fronteiras;

quero chamar a Princesa Isabel, que foi a primeira Senadora, porque nossa Constituição assegurava que os príncipes herdeiros eram os senadores vitalícios;

quero chamar o escritor José de Alencar, que também passou por aqui como Senador;

quero chamar Afonso Celso, Visconde de Ouro Preto;

quero chamar Gaspar de Silveira Martins, que fala ao coração dos gaúchos, extraordinário orador, dos maiores que existiu no Parlamentar;

quero chamar Rodrigues Alves, que também aqui esteve;

quero chamar o grande Rui Barbosa, pequenino na sua figura, andando nos nossos corredores, assomando às tribunas,

mas tornando-se gigantesco através das suas idéias e das suas palavras;

chamo por Prudente de Moraes, o Senador;

chamo por Campos Salles, o Senador;
chamo por Pinheiro Machado, o Senador;

chamo por Epitácio Pessoa;
chamo por Artur Bernardes;
chamo por Nilo Peçanha;
chamo pelo escritor Jorge Amado, também Deputado na Constituinte;

chamo por José Américo de Almeida;
chamo por Luís Carlos Prestes, Senador;

chamo por Adauto Lúcio Cardoso, Presidente desta Casa que brilhantemente resistiu ao seu fechamento com um gesto de bravura;

chamo por Afonso Arinos de Mello Franco;

chamo por Raul Pila;
chamo por Alberto Pasqualini;
chamo por Aliomar Baleeiro;
chamo por André Franco Montoro;
chamo por Carlos Lacerda;
chamo por Daniel Krieger;
chamo por Gustavo Capanema;
chamo por João Amazonas;
chamo por João Mangabeira;
chamo por Luiz Vianna Filho;
chamo por Maria do Céu Fernandes, primeira mulher de expressão nesta Casa;
chamo por Milton Campos;
chamo por Nelson Carneiro;
chamo por Pedro Aleixo;
chamo por Thales Ramalho;
chamo e aclamo Ulysses Guimarães, que tantas vezes sentou nesta Casa. (Palmas.)

E termino esse chamamento com aquele herói que ainda hoje nos faz de olhos molhados: o grande Parlamentar, o grande brasileiro e o grande político Tancredo de Almeida Neves. (Palmas.)

Vendo todos eles aqui presentes, encerro minhas palavras lembrando, citando e evocando um nome fundamental da história do Brasil: Tiradentes.

Nos Autos da Devassa, uma das provas contra Tiradentes veio do depoimento de uma pessoa que

disse estar ele conspirando. A pessoa falou que encontrou Tiradentes e disse-lhe: “Aqui estou para trabalhar para ti”. A fim de mostrar que ele conspirava, Tiradentes respondeu: “E eu, a trabalhar para todos”.

Lembremos, nós, políticos, reunidos aqui, a consciência moral de nossos deveres para com a Nação, o passado e o futuro: trabalhar para todos, eis o dever de todo político. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Vamos, de pé, ouvir o Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Convoco sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 18 horas, para votação de projetos de lei orçamentária.

A Presidência convida os presentes a se dirigirem ao Salão Negro do Congresso Nacional, onde serão lançados o selo e a medalha comemorativa dos 180 anos de criação do Poder Legislativo do Brasil.

Agradeço a todos a presença.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 16 horas e 33 minutos.)

**SOLENIIDADE DE LANÇAMENTO DE SELO E ENTREGA DE MEDALHA COMEMORATIVA DOS 180 ANOS DE CRIAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO DO BRASIL.
13-11-2003**

A SRA. LOCUTORA (Ana Lúcia Machado) – Senhoras e Senhores, boa tarde.

Dando prosseguimento às solenidades em comemoração dos 180 anos do Poder Legislativo Brasileiro, teremos o lançamento do selo e da medalha comemorativa.

O conteúdo do selo circula pelo Brasil e pelo exterior, destacando o fato que lhe deu origem – neste caso, os 180 anos do Congresso Nacional.

De autoria do artista Mário Alves de Brito, o selo foi impresso pela Casa da Moeda do Brasil e foi desenvolvido utilizando-se as técnicas de aquarela e computação gráfica. A imagem retrata três dos edifícios que o Poder Legislativo brasileiro já ocupou ao longo da sua história.

Em primeiro plano, no centro, a atual sede, o Palácio do Congresso Nacional em Brasília, tendo, ao lado esquerdo, a logomarca comemorativa dos 180 anos da Instituição. Em segundo plano, à esquerda, está o prédio do Palácio dos Arcos e, à direita, está o

prédio da Cadeia Velha, ambos da cidade do Rio de Janeiro.

Para o lançamento do selo, o Ilustríssimo Sr. Airton Dipp, Presidente dos Correios, convida o Excelentíssimo Sr. Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, e o Excelentíssimo Sr. Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, a obliterarem o selo comemorativo. (Pausa.) (Palmas.)

Dando continuidade a esta solenidade, o Excelentíssimo Sr. Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, e o Excelentíssimo Sr. Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, procederão à entrega das medalhas comemorativas aos Presidentes e representantes das Assembleias Legislativas e da Câmara Distrital presentes.

(Procede-se à entrega das medalhas)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Vespasiano Santos, 1º Secretário da Assembleia Legislativa da Bahia.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual José Távora, 2º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Carlos Alberto Milhomem de Souza, Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual José Carlos Stangarlini, representante da Assembleia Legislativa de São Paulo.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Miguel Martini, representante da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Célio Antônio Silveira, Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Alexandre Postal, representante da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Marcos César Cals de Oliveira, Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Rômulo José Gouveia, Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Joares Ponticelli, representante da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Celso Luís Tenório Brandão, Presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual José Maria Ferreira, representante da Assembleia Legislativa do Paraná. (Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Benício Tavares Cunha Melo, Presidente da Câmara Distrital do Distrito Federal. (Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Lupércio Ramos, Presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas.

(Palmas.)

A SRA. LOCUTORA (Ana Lúcia Machado) – Informamos que os representantes das Câmaras municipais receberão os diplomas amanhã.

Neste momento, fará uso da palavra o Excelentíssimo Sr. Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. JOÃO PAULO CUNHA (PT – SP) – Esta homenagem é uma continuação da Sessão Solene em comemoração dos 180 anos do Poder Legislativo Brasileiro, em que, de forma concreta e física, o Congresso Nacional homenageia nossos parceiros nos Estados, as Assembleias Legislativas. É o símbolo de interação na busca por um País melhor, todos os parlamentos unidos lutando por um País melhor!

Parabéns a todas as Assembleias!

(Palmas.)

A SRA. LOCUTORA (Ana Lúcia Machado) – Gostaríamos de chamar o Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Maurício Picarelli, representante da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul.

(Palmas.)

Gostaríamos de chamar o Excelentíssimo Sr. Deputado Antônio Bastos, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Francisco Guerra, representante da Assembleia Legislativa de Roraima.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Federal, Nilson Pinto de Oliveira, representante da Assembléia Legislativa do Pará.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Kléber Eulálio, representante da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Vicentinho Alves, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Tocantins.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Nilson Areal, representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Bruno Araújo representante da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

(Palmas.)

O Excelentíssimo Sr. Deputado Jorge Amanajás, representante da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá.

(Palmas.)

O Ilustríssimo Sr. Luís Fernando Alves de Gódi, Presidente da União de Vereadores do Brasil.

(Palmas.)

A SRA. LOCUTORA (Ana Lúcia Machado) – Ouviremos, agora, as palavras do Excelentíssimo Sr. Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ SARNEY – Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente dos Correios e Telégrafos, Deputados, Senadores, Vereadores, todos os presentes, as minhas palavras são as mesmas do Presidente da Câmara dos Deputados João Paulo.

Esta solenidade é a continuação da sessão que tivemos. Meus agradecimentos a todos, por terem comparecido, atendendo ao nosso convite, e vamos todos, juntos, continuar, nas nossas funções, a trabalhar pelo nosso País.

Muito obrigado.

(Palmas.)

A SRA. LOCUTORA – Gostaríamos de pedir a atenção de todos para um importante aviso. O Encontro Nacional dos Legislativos terá lugar amanhã, às nove horas, no auditório Petrônio Portella, do Senado Federal.

Vamos repetir o aviso: o Encontro Nacional dos Legislativos terá lugar amanhã, às nove horas, no auditório Petrônio Portella, do Senado Federal.

Está encerrada a presente solenidade.

Ata da 20ª Sessão Conjunta em 13 de Novembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Inocêncio Oliveira

Às 18 Horas, acham-se presentes os
Srs. Senadores:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima –
Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando – Ana
Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Car-
los Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Augusto
Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demos-
tenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão –
Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Efra-
im Morais – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide –
Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Fi-
lho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata –
Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena –
Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres –
João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capi-

beribe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Ju-
vêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel
Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta –
Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Mar-
co Maciel – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Caval-
canti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes –
Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo
Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Du-
arte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Ro-
dolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma –
Roseana Sarney – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi –
Serys Silhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereis-
sati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

E os Srs. Deputados:

RORAIMA

001 - Alceste Almeida

553 - Almir Sá

002 - Dr. Rodolfo Pereira

003 - Francisco Rodrigues

004 - Luciano Castro

005 - Maria Helena

007 - Pastor Frankembergen

008 - Suely Campos

Presentes Roraima: 8

Partido	Bloco
PMDB	
PL	PL/PSL
PDT	
PFL	
PL	PL/PSL
PPS	
PTB	
PP	

AMAPÁ

017 - Antonio Nogueira	PT	
009 - Coronel Alves	PL	PL/PSL
010 - Davi Alcolumbre	PDT	
012 - Dr. Benedito Dias	PP	
014 - Eduardo Seabra	PTB	
015 - Hélio Esteves	PT	
016 - Janete Capiberibe	PSB	
536 - Valdenor Guedes	PSC	

Presentes Amapá: 8

PARÁ

019 - Anivaldo Vale	PSDB	
018 - Ann Pontes	PMDB	
027 - José Priante	PMDB	
029 - Josué Bengtson	PTB	
028 - Nicias Ribeiro	PSDB	
031 - Nilson Pinto	PSDB	
030 - Paulo Rocha	PT	
032 - Raimundo Santos	PL	PL/PSL
035 - Vic Pires Franco	PFL	
025 - Zé Geraldo	PT	
026 - Zé Lima	PP	
034 - Zenaldo Coutinho	PSDB	
033 - Zequinha Marinho	PSC	

Presentes Pará: 13

AMAZONAS

038 - Átila Lins	PPS	
037 - Carlos Souza	PL	PL/PSL

	Partido	Bloco
AMAZONAS		
036 - Francisco Garcia	PP	
042 - Lupércio Ramos	PPS	
043 - Pauderney Avelino	PFL	
040 - Vanessa Grazziotin	PCdoB	
Presentes Amazonas: 6		
RONDONIA		
047 - Anselmo	PT	
045 - Confúcio Moura	PMDB	
048 - Eduardo Valverde	PT	
013 - Hamilton Casara	PSDB	
050 - Marinha Raupp	PMDB	
049 - Miguel de Souza	PL	PL/PSL
046 - Nilton Capixaba	PTB	
Presentes Rondonia: 7		
ACRE		
052 - Henrique Afonso	PT	
053 - João Correia	PMDB	
549 - João Tota	PL	PL/PSL
054 - Júnior Betão	PPS	
057 - Nilson Mourão	PT	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	
058 - Ronivon Santiago	PP	
059 - Zico Bronzeado	PT	
Presentes Acre: 8		
TOCANTINS		
061 - Darci Coelho	PFL	
060 - Eduardo Gomes	PSDB	
062 - Homero Barreto	PTB	
063 - Kátia Abreu	PFL	
064 - Maurício Rabelo	PL	PL/PSL
065 - Osvaldo Reis	PMDB	
067 - Pastor Amarildo	PSC	
066 - Ronaldo Dimas	PSDB	
Presentes Tocantins: 8		
MARANHÃO		
068 - Antonio Joaquim	PP	
070 - César Bandeira	PFL	
073 - Clóvis Fecury	PFL	
071 - Costa Ferreira	PSC	
074 - Dr. Ribamar Alves	PSB	
075 - Gastão Vieira	PMDB	
072 - João Castelo	PSDB	
076 - Luciano Leitoa	PSB	
077 - Neiva Moreira	PDT	
080 - Pedro Fernandes	PTB	
082 - Pedro Novais	PMDB	
085 - Sarney Filho	PV	
086 - Sebastião Madeira	PSDB	

	Partido	Bloco
MARANHÃO		
081 - Terezinha Fernandes	PT	
084 - Wagner Lago	PP	
551 - Washington Luiz	PT	
Presentes Maranhão: 16		
CEARÁ		
089 - Almeida de Jesus	PL	PL/PSL
087 - Aníbal Gomes	PMDB	
092 - Ariosto Holanda	PSDB	
090 - Arnon Bezerra	PTB	
088 - Bismarck Maia	PSDB	
095 - Eunício Oliveira	PMDB	
541 - Gonzaga Mota	PSDB	
094 - Inácio Arruda	PCdoB	
093 - João Alfredo	PT	
096 - José Linhares	PP	
097 - José Pimentel	PT	
098 - Léo Alcântara	PSDB	
100 - Leônidas Cristino	PPS	
522 - Manoel Salviano	PSDB	
550 - Mauro Benevides	PMDB	
106 - Pastor Pedro Ribeiro	PMDB	
104 - Roberto Pessoa	PL	PL/PSL
105 - Rommel Feijó	PTB	
107 - Vicente Arruda	PSDB	
108 - Zé Gerardo	PMDB	
Presentes Ceará: 20		
PIAUI		
109 - Átila Lira	PSDB	
111 - B. Sá	PPS	
112 - Ciro Nogueira	PFL	
114 - Júlio Cesar	PFL	
110 - Marcelo Castro	PMDB	
115 - Moraes Souza	PMDB	
117 - Mussa Demes	PFL	
118 - Paes Landim	PFL	
116 - Promotor Afonso Gil	PDT	
555 - Simplício Mário	PT	
Presentes Piauí: 10		
RIO GRANDE DO NORTE		
119 - Álvaro Dias	PDT	
120 - Carlos Alberto Rosado	PFL	
121 - Fátima Bezerra	PT	
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB	
124 - Iberê Ferreira	PTB	
122 - Nélio Dias	PP	
125 - Sandra Rosado	PMDB	
Presentes Rio Grande do Norte: 7		
PARAÍBA		

	Partido	Bloco
PARAÍBA		
127 - Adauto Pereira	PFL	
128 - Benjamin Maranhão	PMDB	
130 - Carlos Dunga	PTB	
132 - Enivaldo Ribeiro	PP	
543 - Inaldo Leitão	PL	PL/PSL
131 - Lúcia Braga	PT	
133 - Luiz Couto	PT	
542 - Marcondes Gadelha	PTB	
259 - Philemon Rodrigues	PTB	
540 - Ricardo Rique	PL	PL/PSL
136 - Wellington Roberto	PL	PL/PSL
137 - Wilson Santiago	PMDB	
Presentes Paraíba: 12		
PERNAMBUCO		
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PMDB	
140 - Eduardo Campos	PSB	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	
145 - Inocêncio Oliveira	PFL	
156 - Joaquim Francisco	PTB	
147 - José Chaves	PTB	
149 - José Mendonça Bezerra	PFL	
151 - Luiz Piauhyllino	PTB	
161 - Marcos de Jesus	PL	PL/PSL
146 - Pastor Francisco Olímpio	PSB	
148 - Paulo Rubem Santiago	PT	
153 - Pedro Corrêa	PP	
155 - Raul Jungmann	PPS	
157 - Renildo Calheiros	PCdoB	
163 - Ricardo Fiuza	PP	
159 - Roberto Magalhães	PTB	
160 - Severino Cavalcanti	PP	
Presentes Pernambuco: 17		
ALAGOAS		
162 - Benedito de Lira	PP	
166 - Givaldo Carimbão	PSB	
164 - Helenildo Ribeiro	PSDB	
165 - João Lyra	PTB	
169 - José Thomaz Nonô	PFL	
171 - Olavo Calheiros	PMDB	
170 - Rogério Teófilo	PPS	
Presentes Alagoas: 7		
SERGIPE		
172 - Bosco Costa	PSDB	
176 - Cleonânicio Fonseca	PP	
173 - Heleno Silva	PL	PL/PSL
174 - Jackson Barreto	PTB	
177 - João Fontes	PT	
175 - Jorge Alberto	PMDB	
178 - Machado	PFL	

	Partido	Bloco
SERGIPE		
179 - Mendonça Prado	PFL	
Presentes Sergipe: 8		
BAHIA		
181 - Antonio Carlos Magalhães Neto	PFL	
183 - Aroldo Cedraz	PFL	
186 - Claudio Cajado	PFL	
184 - Colbert Martins	PPS	
187 - Coriolano Sales	PFL	
188 - Daniel Almeida	PCdoB	
189 - Edson Duarte	PV	
190 - Fábio Souto	PFL	
191 - Félix Mendonça	PFL	
194 - Fernando de Fabinho	PFL	
193 - Geddel Vieira Lima	PMDB	
195 - Guilherme Menezes	PT	
196 - Jairo Carneiro	PFL	
198 - João Almeida	PSDB	
524 - João Carlos Bacelar	PFL	
199 - João Leão	PL	PL/PSL
192 - Jonival Lucas Junior	PTB	
202 - José Carlos Aleluia	PFL	
203 - José Rocha	PFL	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
182 - Luiz Bassuma	PT	
205 - Luiz Carreira	PFL	
207 - Marcelo Guimarães Filho	PFL	
210 - Mário Negromonte	PP	
208 - Milton Barbosa	PFL	
209 - Nelson Pellegrino	PT	
214 - Paulo Magalhães	PFL	
212 - Pedro Irujo	PL	PL/PSL
211 - Reginaldo Germano	PFL	
213 - Robério Nunes	PFL	
215 - Severiano Alves	PDT	
218 - Walter Pinheiro	PT	
216 - Zelinda Novaes	PFL	
217 - Zezéu Ribeiro	PT	
Presentes Bahia: 34		
MINAS GERAIS		
220 - Athos Avelino	PPS	
221 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
226 - Carlos Melles	PFL	
521 - Carlos Mota	PL	PL/PSL
222 - Carlos Willian	PSC	
225 - César Medeiros	PT	
527 - Cleuber Carneiro	PFL	
228 - Custódio Mattos	PSDB	
227 - Dr. Francisco Gonçalves	PTB	
231 - Edmar Moreira	PL	PL/PSL

	<i>Partido</i>	<i>Bloco</i>
MINAS GERAIS		
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
232 - Eliseu Resende	PFL	
236 - Geraldo Thadeu	PPS	
234 - Gilmar Machado	PT	
235 - Herculano Anghinetti	PP	
531 - Ibrahim Abi-Ackel	PP	
238 - Ivo José	PT	
240 - Jaime Martins	PL	PL/PSL
239 - João Magalhães	PMDB	
242 - João Magno	PT	
246 - João Paulo Gomes da Silva	PL	PL/PSL
241 - José Militão	PTB	
249 - José Santana de Vasconcellos	PL	PL/PSL
250 - Júlio Delgado	PPS	
245 - Lael Varella	PFL	
251 - Leonardo Mattos	PV	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
243 - Lincoln Portela	PL	PL/PSL
254 - Marcello Siqueira	PMDB	
247 - Márcio Reinaldo Moreira	PP	
244 - Maria do Carmo Lara	PT	
262 - Mário Assad Júnior	PL	PL/PSL
267 - Mário Heringer	PDT	
252 - Mauro Lopes	PMDB	
248 - Narcio Rodrigues	PSDB	
269 - Odair	PT	
270 - Patrus Ananias	PT	
257 - Paulo Delgado	PT	
258 - Rafael Guerra	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
261 - Roberto Brant	PFL	
260 - Romeu Queiroz	PTB	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	
266 - Sérgio Miranda	PCdoB	
268 - Silas Brasileiro	PMDB	
264 - Virgílio Guimarães	PT	
271 - Vittorio Mediolli	PSDB	
Presentes Minas Gerais: 47		
ESPÍRITO SANTO		
274 - Feu Rosa	PP	
273 - Iriny Lopes	PT	
276 - José Carlos Elias	PTB	
275 - Manato	PDT	
277 - Marcelino Fraga	PMDB	
278 - Marcus Vicente	PTB	
280 - Neucimar Fraga	PL	PL/PSL
281 - Renato Casagrande	PSB	
282 - Rose de Freitas	PMDB	
Presentes Espírito Santo: 9		

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
284 - Alexandre Cardoso	PSB	
285 - Alexandre Santos	PP	
286 - Almerinda de Carvalho	PMDB	
283 - Almir Moura	PL	PL/PSL
287 - André Luiz	PMDB	
292 - Antonio Carlos Biscaia	PT	
289 - Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL
532 - Carlos Nader	PFL	
290 - Carlos Santana	PT	
295 - Chico Alencar	PT	
297 - Deley	PV	
294 - Dr. Heleno	PP	
298 - Edson Ezequiel	PMDB	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	
307 - Eduardo Paes	PSDB	
301 - Elaine Costa	PTB	
528 - Fernando Gonçalves	PTB	
304 - Fernando Lopes	PMDB	
299 - Francisco Dornelles	PP	
539 - Itamar Serpa	PSDB	
302 - Jair Bolsonaro	PTB	
293 - João Mendes de Jesus	PSL	PL/PSL
310 - Jorge Bittar	PT	
305 - José Divino	PMDB	
306 - Josias Quintal	PMDB	
308 - Juíza Denise Frossard	PSDB	
309 - Julio Lopes	PP	
311 - Laura Carneiro	PFL	
312 - Leonardo Picciani	PMDB	
314 - Lindberg Farias	PT	
313 - Luiz Sérgio	PT	
315 - Maria Lucia	PMDB	
318 - Nelson Bornier	PMDB	
320 - Paulo Baltazar	PSB	
321 - Paulo Feijó	PSDB	
319 - Reinaldo Betão	PL	PL/PSL
325 - Renato Cozzolino	PSC	
322 - Rodrigo Maia	PFL	
326 - Sandro Matos	PTB	
327 - Simão Sessim	PP	
328 - Vieira Reis	PMDB	
Presentes Rio de Janeiro: 41		
SÃO PAULO		
330 - Alberto Goldman	PSDB	
331 - Aldo Rebelo	PCdoB	
333 - Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	
329 - Amauri Robledo Gasques	PRONA	
340 - Angela Guadagnin	PT	
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
334 - Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
347 - Bispo Wanderval	PL	PL/PSL
344 - Celso Russomanno	PP	
339 - Cláudio Magrão	PPS	
345 - Corauci Sobrinho	PFL	
348 - Delfim Netto	PP	
342 - Devanir Ribeiro	PT	
346 - Dimas Ramalho	PPS	
356 - Dr. Evilásio	PSB	
358 - Dr. Hélio	PDT	
349 - Dr. Pinotti	PFL	
350 - Durval Orlato	PT	
352 - Elimar Máximo Damasceno	PRONA	
353 - Enéas	PRONA	
357 - Gilberto Kassab	PFL	
354 - Gilberto Nascimento	PMDB	
360 - Iara Bernardi	PT	
355 - Ildeu Araujo	PRONA	
359 - Ivan Valente	PT	
362 - Jamil Murad	PCdoB	
363 - Jefferson Campos	PMDB	
335 - João Batista	PFL	
364 - João Herrmann Neto	PPS	
361 - João Paulo Cunha	PT	
366 - José Eduardo Cardozo	PT	
368 - Jovino Cândido	PV	
369 - Julio Semeghini	PSDB	
370 - Lobbe Neto	PSDB	
372 - Luciano Zica	PT	
341 - Luiz Antonio Fleury	PTB	
375 - Luiz Carlos Santos	PFL	
371 - Luiza Erundina	PSB	
377 - Marcelo Ortiz	PV	
378 - Marcos Abramo	PFL	
526 - Mariângela Duarte	PT	
373 - Medeiros	PL	PL/PSL
380 - Michel Temer	PMDB	
374 - Milton Monti	PL	PL/PSL
381 - Nelson Marquzezelli	PTB	
379 - Neuton Lima	PTB	
382 - Orlando Fantazzini	PT	
530 - Paulo Kobayashi	PSDB	
383 - Paulo Lima	PMDB	
384 - Professor Irapuan Teixeira	PRONA	
388 - Professor Luizinho	PT	
385 - Ricardo Izar	PTB	
391 - Roberto Gouveia	PT	
386 - Robson Tuma	PFL	

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
533 - Rubinelli	PT	
387 - Salvador Zimbaldi	PTB	
389 - Telma de Souza	PT	
392 - Vadão Gomes	PP	
393 - Valdemar Costa Neto	PL	PL/PSL
394 - Vanderlei Assis	PRONA	
395 - Vicente Cascione	PTB	
396 - Vicentinho	PT	
397 - Walter Feldman	PSDB	
Presentes São Paulo: 64		
MATO GROSSO		
399 - Carlos Abicalil	PT	
400 - Celcita Pinheiro	PFL	
403 - Pedro Henry	PP	
401 - Ricarte de Freitas	PTB	
402 - Rogério Silva	PPS	
406 - Welinton Fagundes	PL	PL/PSL
404 - Wilson Santos	PSDB	
Presentes Mato Grosso: 7		
DISTRITO FEDERAL		
408 - Alberto Fraga	PTB	
411 - Jorge Pinheiro	PL	PL/PSL
409 - José Roberto Arruda	PFL	
412 - Sigmaringa Seixas	PT	
413 - Tadeu Filippelli	PMDB	
414 - Tatico	PTB	
525 - Wasny de Roure	PT	
Presentes Distrito Federal: 7		
GOIÁS		
517 - Enio Tatico	PTB	
418 - João Campos	PSDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	
420 - Leandro Vilela	PMDB	
421 - Leonardo Vilela	PP	
422 - Luiz Bittencourt	PMDB	
423 - Neyde Aparecida	PT	
428 - Pedro Chaves	PMDB	
424 - Professora Raquel Teixeira	PSDB	
427 - Roberto Balestra	PP	
429 - Ronaldo Caiado	PFL	
425 - Rubens Otoni	PT	
426 - Sandes Júnior	PP	
430 - Vilmar Rocha	PFL	
Presentes Goiás: 14		
MATO GROSSO DO SUL		
434 - Antonio Cruz	PTB	
435 - Geraldo Resende	PPS	
433 - João Grandão	PT	

	Partido	Bloco
MATO GROSSO DO SUL		
436 - Murilo Zauith	PFL	
439 - Waldemir Moka	PMDB	
Presentes Mato Grosso do Sul: 5		
PARANÁ		
440 - Abelardo Lupion	PFL	
441 - Affonso Camargo	PSDB	
556 - Airton Roveda	PMDB	
442 - André Zacharow	PDT	
443 - Assis Miguel do Couto	PT	
447 - Cezar Silvestri	PPS	
446 - Chico da Princesa	PL	PL/PSL
453 - Colombo	PT	
444 - Dilceu Sperafico	PP	
449 - Dr. Rosinha	PT	
460 - Dra. Clair	PT	
461 - Eduardo Sciarra	PFL	
466 - Giacomo	PL	PL/PSL
450 - Gustavo Fruet	PMDB	
448 - Hermes Parcianello	PMDB	
451 - José Borba	PMDB	
454 - Luiz Carlos Haully	PSDB	
456 - Max Rosenmann	PMDB	
462 - Moacir Micheletto	PMDB	
458 - Nelson Meurer	PP	
459 - Odílio Balbinotti	PMDB	
464 - Oliveira Filho	PL	PL/PSL
467 - Paulo Bernardo	PT	
465 - Ricardo Barros	PP	
469 - Takayama	PMDB	
Presentes Paraná: 25		
SANTA CATARINA		
471 - Adelor Vieira	PMDB	
476 - Carlito Meress	PT	
544 - Edison Andrino	PMDB	
479 - Gervásio Silva	PFL	
472 - Ivan Ranzolin	PP	
473 - João Matos	PMDB	
474 - João Pizzolatti	PP	
475 - Jorge Boeira	PT	
480 - Leodegar Tiscoski	PP	
481 - Luci Choinacki	PT	
482 - Paulo Afonso	PMDB	
483 - Paulo Bauer	PFL	
529 - Serafim Venzon	PSDB	
484 - Vignatti	PT	
485 - Zonta	PP	
Presentes Santa Catarina: 15		
RIO GRANDE DO SUL		
487 - Alceu Collares	PDT	

	Partido	Bloco
RIO GRANDE DO SUL		
488 - Ary Vanazzi	PT	
489 - Augusto Nardes	PP	
490 - Beto Albuquerque	PSB	
491 - Darcísio Perondi	PMDB	
493 - Enio Bacci	PDT	
496 - Érico Ribeiro	PP	
519 - Francisco Appio	PP	
497 - Francisco Turra	PP	
498 - Henrique Fontana	PT	
514 - José Ivo Sartori	PMDB	
499 - Júlio Redecker	PSDB	
502 - Kelly Moraes	PTB	
506 - Luciana Genro	PT	
500 - Luís Carlos Heinze	PP	
504 - Mendes Ribeiro Filho	PMDB	
520 - Milton Cardias	PTB	
507 - Nelson Proença	PPS	
510 - Onyx Lorenzoni	PFL	
511 - Orlando Desconsi	PT	
509 - Osvaldo Biolchi	PMDB	
512 - Pastor Reinaldo	PTB	
503 - Paulo Gouvêa	PL	PL/PSL
513 - Paulo Pimenta	PT	
515 - Tarcísio Zimmermann	PT	
516 - Yeda Crusius	PSDB	
Presentes Rio Grande do Sul: 26		

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – As listas de presença acusam o comparecimento de 76 Senadores e 449 Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Na sessão conjunta realizada no dia 4 próximo passado, foi aprovado o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 56, de 2003, que “abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$552.299.499,00 (quinhentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”.

Ao Projeto foram apresentadas cinco emendas.

O relator designado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador César Borges, apresentou relatório concluindo pela apresentação de substitutivo.

A Presidência, naquela oportunidade, designou relator da matéria, em Plenário, o Deputado Rodrigo Maia, cujo parecer não foi conclusivo em relação às emendas.

Posteriormente, S. Exa. Encaminhou à Mesa solicitação de retificação do parecer, concluindo pela apresentação de substitutivo.

Cópias da referida retificação encontram-se distribuídas sobre as bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passa-se à discussão do substitutivo, nos termos da retificação. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Em votação o Substitutivo na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sra. E os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado todo o projeto.

A Presidência remeterá novos autógrafos ao Sr. Presidente da República.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI Nº 56, DE 2003-CN
(Substitutivo)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$542.299.499,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), em favor do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$542.299.499,00 (quinhentos e quarenta e dois milhões, duzentos e noventa e nove mil e quatrocentos e noventa e nove reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – superávit financeiro apurado no balanço Patrimonial da União do exercício de 2002, no valor de R\$158.749.510,00 (cento e cinquenta e oito milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e dez reais);

II – excesso de arrecadação de operações de crédito externas, no valor de R\$65.967.074,00 (sessenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e sete mil e setenta e quatro reais); e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$317.582.915,00 (trezentos e dezesseis milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, novecentos e quinze reais), conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Ficam canceladas as programações constantes do Anexo III desta Lei, em atendimento ao disposto no art. 61, § 11, da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça
 UNIDADE: 30101 Ministério da Justiça

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0666	Segurança do Cidadão							4.500.000
	ATIVIDADES							
06 181	0666 4286 Sistema de Integração Nacional das Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG							4.500.000
06 181	0666 4286 0001 Sistema de Integração Nacional das Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG - Nacional	F	3	2	90	0	100	4.500.000
0699	Assistência Jurídica Integral e Gratuita							1.500.000
	ATIVIDADES							
03 422	0699 2725 Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão							1.500.000
03 422	0699 2725 0001 Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.500.000
0750	Apoio Administrativo							10.705.600
	ATIVIDADES							
04 122	0750 2000 Manutenção de Serviços Administrativos							10.705.600
04 122	0750 2000 0001 Manutenção de Serviços Administrativos - Nacional	F	4	2	90	0	300	500.000
		F	3	2	90	0	300	10.205.600
0791	Valorização do Servidor Público							524.400
	ATIVIDADES							
14 331	0791 2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados							524.400
14 331	0791 2011 0001 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	300	524.400
TOTAL - FISCAL								17.230.000
TOTAL - GERAL								17.230.000

ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça
 UNIDADE: 30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	P	O	U	T		
			F	D		D		E		
0663		Segurança Nas Rodovias Federais								22.384.266
		ATIVIDADES								
06 181	0663 2000	Manutenção de Serviços Administrativos							1.300.000	
06 181	0663 2000 0001	Manutenção de Serviços Administrativos - Nacional							1.300.000	
06 181	0663 2723	Patrulhamento Ostensivo e Controle de Trânsito nas Rodovias e Estradas Federais	F	3	2	90	0	150	10.134.266	
06 181	0663 2723 0001	Patrulhamento Ostensivo e Controle de Trânsito nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional							10.134.266	
			F	3	2	90	0	150	8.163.166	
			F	3	2	90	0	100	1.971.100	
		PROJETOS								
06 181	0663 1821	Reforma de Unidades Operacionais da Polícia Rodoviária Federal							950.000	
06 181	0663 1821 0001	Reforma de Unidades Operacionais da Polícia Rodoviária Federal - Nacional							950.000	
06 181	0663 7061	Aquisição de Viaturas e Veículos Especiais para Patrulhamento das Rodovias e Estradas Federais	F	4	2	90	0	150	10.000.000	
06 181	0663 7061 0001	Aquisição de Viaturas e Veículos Especiais para Patrulhamento das Rodovias e Estradas Federais - Nacional							10.000.000	
			F	4	2	90	0	150	10.000.000	
0791		Valorização do Servidor Público								300.000
		ATIVIDADES								
04 365	0791 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados							300.000	
04 365	0791 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional							300.000	
		Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade) = 263	F	3	2	90	0	100	300.000	
TOTAL - FISCAL									22.684.266	
TOTAL - GERAL									22.684.266	

ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça
UNIDADE: 30108 Departamento de Polícia Federal

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0662 Combate ao Crime Organizado								99.327.556
ATIVIDADES								
06 181	0662 2000	Manutenção de Serviços Administrativos						99.327.556
06 181	0662 2000 0001	Manutenção de Serviços Administrativos - Nacional						99.327.556
		F	3	2	90	0	300	97.827.556
		F	3	2	50	0	300	1.500.000
0681 Gestão da Participação em Organismos Internacionais								1.003.295
OPERAÇÕES ESPECIAIS								
06 212	0681 0122	Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL - França						1.003.295
06 212	0681 0122 0001	Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL - França - Nacional						1.003.295
		F	3	2	80	0	300	1.003.295
0791 Valorização do Servidor Público								3.009.909
ATIVIDADES								
06 301	0791 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes						2.101.465
06 301	0791 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional						2.101.465
		S	3	2	50	0	300	2.101.465
06 365	0791 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados						189.655
06 365	0791 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional						189.655
		F	3	2	90	0	300	189.655
06 331	0791 2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados						718.789
06 331	0791 2011 0001	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional						718.789
		F	3	1	90	0	300	718.789
TOTAL - FISCAL								101.239.295
TOTAL - SEGURIDADE								2.101.465
TOTAL - GERAL								103.340.760

ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça
UNIDADE: 30907 Fundo Penitenciário Nacional

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0661 Reestruturação do Sistema Penitenciário								5.500.000
ATIVIDADES								
14 421	0661 2730	Serviço de Acompanhamento da Aplicação de Penas Alternativas						3.000.000
14 421	0661 2730 0001	Serviço de Acompanhamento da Aplicação de Penas Alternativas - Nacional						3.000.000
		F	3	2	30	0	127	750.000
		F	3	2	30	0	118	2.250.000
14 421	0661 4677	Gerenciamento de Projetos Apoiados pelo Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN						2.500.000
14 421	0661 4677 0001	Gerenciamento de Projetos Apoiados pelo Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN - Nacional						2.500.000
		F	3	2	90	0	118	2.500.000
TOTAL - FISCAL								5.500.000
TOTAL - GERAL								5.500.000

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa

UNIDADE: 52101 Ministério da Defesa

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
0496		Proteção da Amazônia							111.457.799
		PROJETOS							
05 126	0496 1391	Instalação de Equipamentos em Sítios Operacionais do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM							92.627.799
05 126	0496 1391 0001	Instalação de Equipamentos em Sítios Operacionais do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM - Nacional	F	4	2	90	0	149	92.627.799
05 126	0496 5523	Sistema de Aeronaves do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM							18.830.000
05 126	0496 5523 0001	Sistema de Aeronaves do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM - Nacional	F	4	2	90	0	149	18.830.000
0625		Gestão da Política de Defesa Nacional							422.862
		ATIVIDADES							
05 306	0625 2864	Alimentação de Pessoal							422.862
05 306	0625 2864 0001	Alimentação de Pessoal - Nacional	F	3	2	90	0	100	422.862
0681		Gestão da Participação em Organismos Internacionais							7.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
05 212	0681 0157	Contribuição à Federação Mundial dos Ex-Combatentes							2.000
05 212	0681 0157 0001	Contribuição à Federação Mundial dos Ex-Combatentes - Nacional	F	3	2	90	0	100	2.000
05 212	0681 0799	Contribuição ao Conselho Internacional do Desporto Militar - CISM							5.000
05 212	0681 0799 0001	Contribuição ao Conselho Internacional do Desporto Militar - CISM - Nacional	F	3	2	90	0	100	5.000
0750		Apoio Administrativo							3.842.074
		ATIVIDADES							
05 122	0750 2000	Manutenção de Serviços Administrativos							3.842.074
05 122	0750 2000 0001	Manutenção de Serviços Administrativos - Nacional	F	4	2	90	0	300	13.400
			F	3	2	90	0	300	3.828.674
0791		Valorização do Servidor Público							60.554
		ATIVIDADES							
05 331	0791 2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados							60.554
05 331	0791 2011 0001	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional	F	3	1	90	0	100	60.554
TOTAL - FISCAL									115.790.289
TOTAL - GERAL									115.790.289

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
 UNIDADE: 52111 Comando da Aeronáutica

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
0621	Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica								54.698.752
	ATIVIDADES								
05 151	0621 2868 Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes								54.698.752
05 151	0621 2868 0001 Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes - Nacional								54.698.752
		F	3	2	90	0	100		52.924.535
		F	3	2	90	0	300		1.774.217
0681	Gestão da Participação em Organismos Internacionais								763.489
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
05 212	0681 0186 Contribuição à Comissão Latino-Americana de Aviação Civil - CLAC								153.061
05 212	0681 0186 0001 Contribuição à Comissão Latino-Americana de Aviação Civil - CLAC - Nacional								153.061
		F	3	2	80	0	100		153.061
05 212	0681 0186 Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI								610.428
05 212	0681 0186 0001 Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI - Nacional								610.428
		F	3	2	80	0	100		610.428
	TOTAL - FISCAL								55.462.241
	TOTAL - GERAL								55.462.241

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
 UNIDADE: 52121 Comando do Exército

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0620 Adestramento e Operações Militares do Exército								11.587.495
		ATIVIDADES						
05 306	0620 2864	Alimentação de Pessoal						6.647.833
05 306	0620 2864 0001	Alimentação de Pessoal - Nacional						6.647.833
		F	3	2	90	0	100	6.647.833
05 153	0620 2891	Manutenção e Suprimento de Material de Aviação						4.498.238
05 153	0620 2891 0001	Manutenção e Suprimento de Material de Aviação - Nacional						4.498.238
		F	3	2	90	0	100	4.498.238
05 153	0620 2896	Manutenção e Suprimento do Transporte Logístico de Superfície						441.424
05 153	0620 2896 0001	Manutenção e Suprimento do Transporte Logístico de Superfície - Nacional						441.424
		F	3	2	90	0	100	441.424
0628 Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro								552.346
		PROJETOS						
05 153	0628 3150	Transferência de Organizações Militares						552.346
05 153	0628 3150 0001	Transferência de Organizações Militares - Nacional						552.346
		F	3	2	90	0	100	552.346
0750 Apoio Administrativo								14.400.000
		ATIVIDADES						
05 153	0750 2000	Manutenção de Serviços Administrativos						14.400.000
05 153	0750 2000 0001	Manutenção de Serviços Administrativos - Nacional						14.400.000
		F	3	2	90	0	100	12.300.000
		F	3	2	90	0	300	2.100.000
0791 Valorização do Servidor Público								60.000.000
		ATIVIDADES						
05 365	0791 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados						14.500.000
05 365	0791 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional						14.500.000
		F	3	2	90	0	300	9.411.676
		F	3	2	90	0	100	5.088.324
05 331	0791 2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados						45.500.000
05 331	0791 2011 0001	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional						45.500.000
		F	3	1	90	0	300	27.500.000
		F	3	1	90	0	100	18.000.000
0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								10.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
05 662	0909 0229	Participação da União no Capital - Reestruturação da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL						10.000.000
05 662	0909 0229 0001	Participação da União no Capital - Reestruturação da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL - Nacional						10.000.000
		F	5	2	90	0	300	10.000.000
TOTAL - FISCAL								96.539.841
TOTAL - GERAL								96.539.841

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 Comando da Marinha

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0622	Adestramento e Operações Militares da Marinha							98.617.402
	ATIVIDADES							
05 152	0622 2855 Manutenção de Meios Navais							20.000.000
05 152	0622 2855 0001 Manutenção de Meios Navais - Nacional							20.000.000
		F	3	2	90	0	142	20.000.000
05 152	0622 2858 Abastecimento de Sobressalentes e Equipagens							30.000.000
05 152	0622 2858 0001 Abastecimento de Sobressalentes e Equipagens - Nacional							30.000.000
		F	3	2	90	0	142	30.000.000
05 152	0622 2859 Aprestamento das Forças Navais							30.617.402
05 152	0622 2859 0001 Aprestamento das Forças Navais - Nacional							30.617.402
		F	3	2	90	0	142	30.617.402
05 306	0622 2864 Alimentação de Pessoal							18.000.000
05 306	0622 2864 0001 Alimentação de Pessoal - Nacional							18.000.000
		F	3	2	90	0	142	7.200.000
		F	3	2	90	0	100	10.800.000
0750	Apoio Administrativo							2.325.000
	ATIVIDADES							
05 152	0750 2000 Manutenção de Serviços Administrativos							2.325.000
05 152	0750 2000 0001 Manutenção de Serviços Administrativos - Nacional							2.325.000
		F	3	2	90	0	100	2.300.000
		F	3	2	90	0	300	25.000
0791	Valorização do Servidor Público							15.600.000
	ATIVIDADES							
05 365	0791 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados							1.200.000
05 365	0791 2010 0001 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional							1.200.000
	Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade) = 420	F	3	2	90	0	100	1.200.000
05 331	0791 2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados							14.400.000
05 331	0791 2011 0001 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional							14.400.000
		F	3	2	90	0	100	14.400.000
	TOTAL - FISCAL							116.542.402
	TOTAL - GERAL							116.542.402

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
 UNIDADE: 52902 Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0637		Serviço de Saúde das Forças Armadas							5.750.000
		ATIVIDADES							
05 302	0637 2000	Manutenção de Serviços Administrativos							4.696.000
05 302	0637 2000 0001	Manutenção de Serviços Administrativos - Nacional							4.696.000
			S	3	2	90	0	300	2.446.000
			S	3	2	90	0	100	2.250.000
05 302	0637 2528	Manutenção dos Serviços Médico-hospitalares do Hospital das Forças Armadas							1.054.000
05 302	0637 2528 0001	Manutenção dos Serviços Médico-hospitalares do Hospital das Forças Armadas - Nacional							1.054.000
			S	3	2	90	0	300	1.054.000
		TOTAL - SEGURIDADE							5.750.000
		TOTAL - GERAL							5.750.000

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
 UNIDADE: 52931 Fundo Naval

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0622		Adestramento e Operações Militares da Marinha							2.350.000
		ATIVIDADES							
05 152	0622 2859	Aprestamento das Forças Navais							2.350.000
05 152	0622 2859 0001	Aprestamento das Forças Navais - Nacional							2.350.000
			F	3	2	90	0	280	2.350.000
0626		Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil							1.109.700
		PROJETOS							
05 152	0626 1947	Obtenção de Meios de Fuzileiros Navais							1.109.700
05 152	0626 1947 0001	Obtenção de Meios de Fuzileiros Navais - Nacional							1.109.700
			F	3	2	90	0	280	1.109.700
		TOTAL - FISCAL							3.459.700
		TOTAL - GERAL							3.459.700

ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça
UNIDADE: 30101 Ministério da Justiça

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0666	Segurança do Cidadão							2.271.100
	PROJETOS							
06 181	0666 5041							254.760
	Modernização dos Órgãos de Segurança Pública							
06 181	0666 5041 0001							254.760
	Modernização dos Órgãos de Segurança Pública - Nacional							
		F	3	2	90	0	100	54.760
		F	4	2	99	0	100	100.000
		F	4	2	90	0	100	100.000
06 181	0666 7801							2.016.340
	Implantação de Centros Integrados de Cidadania							
06 181	0666 7801 0291							2.016.340
	Implantação de Centros Integrados de Cidadania - Em Regiões Metropolitanas - PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública)							
		F	4	2	30	0	100	2.016.340
0699	Assistência Jurídica Integral e Gratuita							1.500.000
	ATIVIDADES							
03 422	0699 2725							1.500.000
	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão							
03 422	0699 2725 0006							1.500.000
	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão - Apoio à Defensoria Pública do Distrito Federal							
		F	4	2	30	0	100	1.500.000
	TOTAL - FISCAL							3.771.100
	TOTAL - GERAL							3.771.100

ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça
UNIDADE: 30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0663	Segurança Nas Rodovias Federais							950.000
	ATIVIDADES							
06 181	0663 4290							400.000
	Socorro a Acidentados em Rodovias Federais - SALVE							
06 181	0663 4290 0001							400.000
	Socorro a Acidentados em Rodovias Federais - SALVE - Nacional							
		F	4	2	90	0	150	400.000
	PROJETOS							
06 181	0663 3826							550.000
	Implantação de Sistema de Monitoramento de Veículos de Policiamento Rodoviário Federal							
06 181	0663 3826 0001							550.000
	Implantação de Sistema de Monitoramento de Veículos de Policiamento Rodoviário Federal - Nacional							
		F	4	2	90	0	150	550.000
0999	Reserva de Contingência							19.463.166
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998							19.463.166
	Reserva de Contingência							
99 999	0999 0998 0101							19.463.166
	Reserva de Contingência - Recursos Provenientes de Receita Própria e Vinculada de Fundos e da Administração Indireta							
		F	9	0	99	0	150	19.463.166
	TOTAL - FISCAL							20.413.166
	TOTAL - GERAL							20.413.166

ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça
 UNIDADE: 30907 Fundo Penitenciário Nacional

ANEXO II CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0661		Reestruturação do Sistema Penitenciário							5.500.000
ATIVIDADES									
14 421	0661 2698	Assistência ao Preso, à Vítima e ao Egresso do Sistema Penitenciário							1.500.000
14 421	0661 2698 0001	Assistência ao Preso, à Vítima e ao Egresso do Sistema Penitenciário - Nacional	F	3	2	30	0	118	1.500.000
PROJETOS									
14 128	0661 1718	Capacitação Profissional de Agentes Responsáveis pela Custódia do Preso							1.500.000
14 128	0661 1718 0001	Capacitação Profissional de Agentes Responsáveis pela Custódia do Preso - Nacional	F	3	2	30	0	118	750.000
14 421	0661 1844	Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais	F	3	2	30	0	127	750.000
14 421	0661 1844 0001	Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais - Nacional	F	4	2	30	0	118	2.500.000
TOTAL - FISCAL									5.500.000
TOTAL - GERAL									5.500.000

ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça
 UNIDADE: 30911 Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnsf.

ANEXO II CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0666		segurança do cidadão							4.500.000
PROJETOS									
06 181	0666 7799	Implantação do Sistema de Acompanhamento de Polícias							500.000
06 181	0666 7799 0001	Implantação do Sistema de Acompanhamento de Polícias - Nacional	F	3	2	30	0	100	500.000
06 181	0666 7807	Implantação da Polícia Comunitária							4.000.000
06 181	0666 7807 0001	Implantação da Polícia Comunitária - Nacional	F	3	2	30	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									4.500.000
TOTAL - GERAL									4.500.000

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 Ministério da Defesa

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0643		Calha Norte							20.740.416
ATIVIDADES									
05 153	0643 2452	Manutenção da Infra-estrutura Instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira da Região da Calha Norte							10.000.000
05 153	0643 2452 0010	Manutenção da Infra-estrutura Instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira da Região da Calha Norte - Na Região Norte	F	3	2	90	0	100	10.000.000
PROJETOS									
05 451	0643 1211	Implantação da Infra-estrutura Básica nos Municípios Mais Carentes da Região da Calha Norte							7.740.416
05 451	0643 1211 0026	Implantação da Infra-estrutura Básica nos Municípios Mais Carentes da Região da Calha Norte - no Município de Boa Vista - RR	F	4	2	40	0	100	7.740.416
05 153	0643 1213	Implantação de Unidades Militares na Região da Calha Norte							3.000.000
05 153	0643 1213 0010	Implantação de Unidades Militares na Região da Calha Norte - Na Região Norte	F	3	2	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL								20.740.416	
TOTAL - GERAL								20.740.416	

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 Comando da Aeronáutica

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0621		Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica							3.462.241
ATIVIDADES									
05 151	0621 2754	Manutenção e Suprimento de Armamento							3.200.000
05 151	0621 2754 0001	Manutenção e Suprimento de Armamento - Nacional	F	4	2	90	0	100	3.200.000
			F	3	2	90	0	300	1.425.783
05 151	0621 2894	Manutenção e Suprimento de Material de Intendência							262.241
05 151	0621 2894 0001	Manutenção e Suprimento de Material de Intendência - Nacional	F	3	2	90	0	100	262.241
0632		Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira							52.000.000
PROJETOS									
05 151	0632 3128	Modernização e Revitalização de Aeronaves							52.000.000
05 151	0632 3128 0001	Modernização e Revitalização de Aeronaves - Nacional	F	4	2	90	0	100	52.000.000
TOTAL - FISCAL								55.462.241	
TOTAL - GERAL								55.462.241	

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
 UNIDADE: 52121 Comando do Exército

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	F	G	R	M	O	I	F	VALOR
		D	N	D	P	P	D	D	U	T	
0620 Adestramento e Operações Militares do Exército											33.687.743
ATIVIDADES											
05 153	0620 2865	Manutenção e Suprimento de Fardamento									17.678.000
05 153	0620 2865 0001	Manutenção e Suprimento de Fardamento - Nacional									17.678.000
		F	3	2	90	0	300				8.200.000
		F	3	2	90	0	100				9.478.000
05 153	0620 2890	Manutenção e Suprimento de Material Bélico									9.000.000
05 153	0620 2890 0001	Manutenção e Suprimento de Material Bélico - Nacional									9.000.000
		F	3	2	90	0	300				1.600.000
		F	4	2	90	0	100				4.900.137
		F	3	2	90	0	100				1.999.863
		F	4	2	90	0	300				500.000
05 153	0620 2894	Manutenção e Suprimento de Material de Intendência									3.909.495
05 153	0620 2894 0001	Manutenção e Suprimento de Material de Intendência - Nacional									3.909.495
		F	4	2	90	0	100				2.138.142
		F	3	2	90	0	100				1.771.353
05 153	0620 2895	Manutenção e Suprimento de Material de Saúde									3.100.248
05 153	0620 2895 0001	Manutenção e Suprimento de Material de Saúde - Nacional									3.100.248
		F	4	2	90	0	100				989.180
		F	3	2	90	0	100				2.111.068
0628 Reparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro											53.531.147
ATIVIDADES											
05 662	0628 4528	Produção de Material de Emprego Militar									2.299.752
05 662	0628 4528 0001	Produção de Material de Emprego Militar - Nacional									2.299.752
		F	3	2	90	0	100				2.299.752
PROJETOS											
05 153	0628 3138	Implantação do Sistema de Aviação do Exército									45.490.725
05 153	0628 3138 0001	Implantação do Sistema de Aviação do Exército - Nacional									45.490.725
		F	3	2	90	0	149				3.910.420
		F	4	2	90	0	149				41.580.305
05 153	0628 3144	Modernização da Força Terrestre									5.188.324
05 153	0628 3144 0001	Modernização da Força Terrestre - Nacional									5.188.324
		F	4	2	90	0	100				3.288.324
		F	4	2	90	0	300				1.900.000
05 153	0628 3150	Transferência de Organizações Militares									552.346
05 153	0628 3150 0001	Transferência de Organizações Militares - Nacional									552.346
		F	4	2	90	0	100				552.346
TOTAL - FISCAL											87.218.890
TOTAL - GERAL											87.218.890

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 Comando da Marinha

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
			F		N	P	O	U	T	
0622		Adestramento e Operações Militares da Marinha								2.300.000
		ATIVIDADES								
05 152	0622 2866	Manutenção e Suprimento de Fardamento								2.300.000
05 152	0622 2865 0001	Manutenção e Suprimento de Fardamento - Nacional	F	3	2	90	0	100	2.300.000	
									2.300.000	
0626		Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil								87.937.824
		PROJETOS								
05 152	0626 1943	Modernização de Meios de Fuzileiros Navais							120.422	
05 152	0626 1943 0001	Modernização de Meios de Fuzileiros Navais - Nacional	F	3	2	90	0	100	120.422	
05 152	0626 1944	Modernização de Meios Navais							54.200.039	
05 152	0626 1944 0001	Modernização de Meios Navais - Nacional	F	4	2	90	0	142	53.563.471	
05 152	0626 1948	Obtenção de Meios Navais	F	3	2	90	0	142	636.568	
05 152	0626 1948 0001	Obtenção de Meios Navais - Nacional	F	4	2	90	0	142	29.219.292	
05 152	0626 1949	Obtenção de Sistemas Operativos	F	3	2	90	0	142	2.965.715	
05 152	0626 1949 0001	Obtenção de Sistemas Operativos - Nacional	F	3	2	90	0	142	26.253.577	
05 152	0626 1943	Modernização de Meios de Fuzileiros Navais	F	4	2	90	0	142	4.398.071	
05 152	0626 1948	Obtenção de Meios Navais	F	3	2	90	0	142	4.398.071	
05 152	0626 1949	Obtenção de Sistemas Operativos	F	4	2	90	0	142	4.258.193	
05 152	0626 1943	Modernização de Meios de Fuzileiros Navais	F	4	2	90	0	142	139.878	
0629		Tecnologia de Uso Naval								25.618.705
		PROJETOS								
05 572	0629 1421	Construção do Protótipo de Reator Nuclear							15.309.874	
05 572	0629 1421 0001	Construção do Protótipo de Reator Nuclear - Nacional	F	4	2	90	0	100	15.309.874	
05 572	0629 1425	Implantação de Infra-estrutura Básica na Área Nuclear	F	3	2	90	0	100	6.257.142	
05 572	0629 1425 0001	Implantação de Infra-estrutura Básica na Área Nuclear - Nacional	F	3	2	90	0	100	9.052.732	
05 152	0629 3215	Desenvolvimento, Simulação e Avaliação de Táticas Aplicadas na Guerra Naval	F	4	2	90	0	100	7.966.611	
05 152	0629 3215 0001	Desenvolvimento, Simulação e Avaliação de Táticas Aplicadas na Guerra Naval - Nacional	F	3	2	90	0	100	7.966.611	
05 572	0629 3216	Construção de Protótipo de Submarino com Propulsão Nuclear	F	4	2	90	0	100	4.906.611	
05 572	0629 3216 0001	Construção de Protótipo de Submarino com Propulsão Nuclear - Nacional	F	4	2	90	0	100	3.060.000	
05 571	0629 3529	Desenvolvimento e Avaliação de Meios e Sistemas Navais	F	3	2	90	0	100	755.112	
05 571	0629 3529 0001	Desenvolvimento e Avaliação de Meios e Sistemas Navais - Nacional	F	3	2	90	0	100	755.112	
05 572	0629 3216	Construção de Protótipo de Submarino com Propulsão Nuclear	F	3	2	90	0	100	689.704	
05 572	0629 3216 0001	Construção de Protótipo de Submarino com Propulsão Nuclear - Nacional	F	4	2	90	0	100	65.408	
05 571	0629 3529	Desenvolvimento e Avaliação de Meios e Sistemas Navais	F	3	2	90	0	100	1.000.000	
05 571	0629 3529 0001	Desenvolvimento e Avaliação de Meios e Sistemas Navais - Nacional	F	4	2	90	0	100	1.000.000	
05 571	0629 3529	Desenvolvimento e Avaliação de Meios e Sistemas Navais	F	4	2	90	0	100	600.000	
05 571	0629 3529 0001	Desenvolvimento e Avaliação de Meios e Sistemas Navais - Nacional	F	4	2	90	0	100	400.000	
05 571	0629 3529	Desenvolvimento e Avaliação de Meios e Sistemas Navais	F	3	2	90	0	100	587.108	
05 571	0629 3529 0001	Desenvolvimento e Avaliação de Meios e Sistemas Navais - Nacional	F	4	2	90	0	100	587.108	
05 571	0629 3529	Desenvolvimento e Avaliação de Meios e Sistemas Navais	F	4	2	90	0	100	66.562	
05 571	0629 3529 0001	Desenvolvimento e Avaliação de Meios e Sistemas Navais - Nacional	F	3	2	90	0	100	520.546	
0637		Serviço de Saúde das Forças Armadas								27.523
		PROJETOS								
05 571	0637 5592	Desenvolvimento de Novos Procedimentos na Área Biomédica							27.523	

05 571	0637 5592 0001	Desenvolvimento de Novos Procedimentos na Área Biomédica - Nacional									27.523
			F	3	2	90	0	100			27.523
0645 Assistência e Cooperação da Marinha à Sociedade Civil											40.000
PROJETOS											
05 244	0645 3212	Obtenção e Modernização de Meios Assistenciais									40.000
05 244	0645 3212 0001	Obtenção e Modernização de Meios Assistenciais - Nacional									40.000
			F	4	2	90	0	100			8.000
			F	3	2	90	0	100			32.000
TOTAL - FISCAL											115.924.052
TOTAL - GERAL											115.924.052

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
 UNIDADE: 52133 Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

ANEXO II CRÉDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0104 Recursos Pesqueiros Sustentáveis									443.500
PROJETOS									
05 571	0104 3528	Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva - REVIZEE						443.500	
05 571	0104 3528 0001	Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva - REVIZEE - Nacional						443.500	
		F	3	2	90	0	100	406.500	
		F	4	2	90	0	100	37.000	
0474 Recursos do Mar									149.850
PROJETOS									
05 571	0474 1357	Levantamento da Plataforma Continental Brasileira						149.850	
05 571	0474 1357 0001	Levantamento da Plataforma Continental Brasileira - Nacional						149.850	
		F	3	2	90	0	100	142.358	
		F	4	2	90	0	100	7.492	
TOTAL - FISCAL									593.350
TOTAL - GERAL									593.350

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
 UNIDADE: 52931 Fundo Naval

ANEXO II CRÉDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0626 Reparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil									1.109.700
PROJETOS									
05 152	0626 1947	Obtenção de Meios de Fuzileiros Navais						1.109.700	
05 152	0626 1947 0001	Obtenção de Meios de Fuzileiros Navais - Nacional						1.109.700	
		F	4	2	90	0	280	1.109.700	
0633 Ensino Profissional da Marinha									2.350.000
ATIVIDADES									
05 128	0633 2507	Curso de Pós-graduação						2.350.000	
05 128	0633 2507 0001	Curso de Pós-graduação - Nacional						2.350.000	
		F	3	2	90	0	280	2.350.000	
TOTAL - FISCAL									3.459.700
TOTAL - GERAL									3.459.700

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Sras e Srs. Parlamentares, várias Lideranças informaram-me que somente poderiam ser votados o Projeto de Lei do Congresso Nacional, sobre retificação dos créditos da Polícia Federal, e o que trata de alteração do Regimento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

No entanto, em face da evidente falta de quorum, esta Presidência colocará em votação apenas o Projeto de Resolução nº 5, de 2003, e retira, de pronto, as demais matérias, uma vez que em torno delas não houve acordo.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Sobre a mesa o Projeto de Resolução nº 5, de 2003-CN, que “dá nova redação ao art. 25 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional”.

A Presidência comunica ao Plenário que cópias da matéria se encontram sobre as bancadas.

É o seguinte o projeto:

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2003-CN

Dá nova redação ao artigo 25 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional. Autor:

Art. 1º Dê-se nova redação ao art. 25 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional:

“Art. 25. Aos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual poderão ser apresentadas emendas coletivas cuja iniciativa caberá:

I – às comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, relativas às matérias que lhes sejam afetas regimentalmente e de caráter institucional ou nacional, acompanhadas da ata da reunião deliberativa, até o limite de cinco emendas por Comissão Permanente;

II – às bancadas estaduais no Congresso Nacional, relativas a matérias de interesse de cada Estado ou Distrito Federal, aprovadas por dois terços dos deputados e dois terços dos senadores da respectiva unidade da Federação, acompanhadas da ata da reunião da bancada, respeitados simultaneamente os seguintes limites:

a) mínimo de dezoito e máximo de vinte e três emendas;

b) as bancadas com mais de onze parlamentares poderão apresentar além do mínimo de dezoito emendas, uma emenda adicional para cada grupo

completo de dez parlamentares da bancada que excederem a onze parlamentares;

III – às bancadas regionais no Congresso Nacional, até o limite de duas emendas, de interesse de cada região macroeconômica definida pelo IBGE, por votação da maioria absoluta dos deputados e maioria absoluta dos senadores que compõem a respectiva região, devendo cada Estado ou Distrito Federal estar representado por no mínimo vinte por cento de sua bancada.

§ 1º Nas bancadas estaduais integradas por mais de dezoito parlamentares, fica assegurada a iniciativa aos senadores de propor três emendas, cabendo, aos deputados, a iniciativa da apresentação do restante das emendas, a serem apreciadas nos termos do inciso II deste artigo.

§ 2º A emenda coletiva e prioritária incluirá na sua justificação elementos necessários para subsidiar a avaliação da ação por ela proposta, apresentando informações sobre a viabilidade econômico-social e a relação custo-benefício, esclarecendo sobre o estágio de execução dos investimentos já realizados e a realizar, com a definição das demais fontes de financiamento e eventuais contrapartidas, quando houver, e definindo o cronograma de execução, além de outros dados relevantes para sua análise.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

Justificação

Como é sabidamente conhecido, as bancadas estaduais gozam da mais significativa representatividade, daí decorrendo sua expressiva legitimidade para atuação na apreciação da proposta orçamentária. Tal representatividade é reforçada pela natureza de suas emendas, que buscam alocar recursos em obras e empreendimentos de maior porte, priorizando ações de caráter estadual. A Resolução nº 1/01-CN os pareceres preliminares dos últimos anos têm reafirmando a necessidade dessas emendas atenderem a esse requisito.

Atualmente, cada bancada estadual pode apresentar de quinze a vinte emendas coletivas. Nos últimos processos orçamentários tem-se observado uma crescente demanda por emendas dessa natureza, de modo que seja contemplado um maior número de ações que favoreçam os estados de forma mais abrangente.

O presente projeto visa adequar a Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, à necessidade de se alterar os limites no número de emendas coletivas de bancadas estaduais a serem apresentadas.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Sobre a mesa requerimento que passo a ler:

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 30, DE 2003–CN

Nos termos regimentais, venho requerer a Vossa Excelência, que qualquer proposta de alteração ou revogação da Resolução nº 1/2001 do Congresso Nacional, siga o trâmite regimental especificamente no que se refere à publicação, prazo de emendas e convocação da Sessão do Congresso Nacional.

Sala de Sessões, 13 de novembro de 2003. – Deputado **Ricardo Barros**.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Sras. e Srs. Parlamentares, o art. 337 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, dispõe:

“Art. 337. A urgência dispensa, durante toda a tramitação da matéria, interstícios, prazos e formalidades regimentais, salvo pareceres, quorum para deliberação e distribuição de cópias da proposição principal”.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passa-se à discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5, de 2003, do Congresso Nacional, que dá nova redação ao art. 25 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB-RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, essa matéria foi objeto de longa discussão. Ainda hoje, nós, das diversas Lideranças, chegamos a entendimento sobre o texto final, que é um pouco diverso daquele encaminhado à Casa.

Por isso, solicito a V.Exa. que nomeie Relator ad hoc para redigir o texto acordado.

O texto por nós proposto altera apenas o § 1º do art. 25. Onde se lia “nas bancadas estaduais integradas por mais de 18 Parlamentares”, passa-se a ler “a representação do Senado Federal de cada Estado proporá 3 emendas de caráter estruturante”.

Sr. Presidente, veja V.Exa. que não há praticamente alteração alguma, porque o texto anterior garantia o direito de indicar, submetendo à apreciação da bancada, na forma estabelecida pela Resolução nº 1, ou seja, pela concordância de dois terços dos Senadores e dois terços dos Deputados, mantidos os

mesmos dispositivos. Portanto, apenas dá-se ao § 1º redação mais simples e direta.

Creio que, com essa alteração, se acomodaram interesses da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Esse foi, portanto, o entendimento das Lideranças, entre elas o Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL entende que o acordo firmado entre as Lideranças da Câmara dos Deputados baseou-se no projeto original, sem as modificações apresentadas pelo Líder do Governo nesta Casa.

Portanto, o PFL da Câmara dos Deputados votará o relatório original, sem as modificações apresentadas neste momento pelo Senador Amir Lando.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Sras. e Srs. Parlamentares, sendo o único Parlamentar da Mesa do Congresso Nacional presente a esta sessão, rejeito a proposta do Senador Amir Lando, pois a Mesa da Câmara dos Deputados aprovou rigorosamente o texto original. Se ele for alterado, não votaremos a matéria.

Portanto, está rejeitada a proposta do Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Matéria vencida, Senador.

O SR. AMIR LANDO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Não vou mais discutir. Matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência comunica ao Plenário que o prazo para apresentação de emendas ao projeto está aberto até o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Quero comunicar ao Plenário que, por unanimidade, a Mesa da Câmara dos Deputados rejeitou esta matéria. Foi feito forte acordo na Câmara dos Deputados para votar a matéria, e não vou aceitar que se faça alteração nesta Casa.

O parecer está dado e não mudo.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Em votação o projeto na Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2003-CN

Dá nova redação ao art. 25 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Dê-se nova redação ao art. 25 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional:

“Art. 25. Aos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual poderão ser apresentadas emendas coletivas cuja iniciativa caberá:

I – às comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, relativas às matérias que lhes sejam afetas regimentalmente e de caráter institucional ou nacional, acompanhadas da ata da reunião deliberativa, até o limite de cinco emendas por Comissão Permanente;

II – às bancadas estaduais no Congresso Nacional, relativas a matérias de interesse de cada Estado ou Distrito Federal, aprovadas por dois terços dos deputados e dois terços dos senadores da respectiva unidade da Federação, acompanhadas da ata da reunião da bancada, respeitados simultaneamente os seguintes limites:

a) mínimo de dezoito e máximo de vinte e três emendas;

b) as bancadas com mais de onze parlamentares poderão apresentar além do mínimo de dezoito emendas, uma emenda adicional para cada grupo completo de dez parlamentares da bancada que excederem a onze parlamentares;

III – às bancadas regionais no Congresso Nacional, até o limite de duas emendas, de interesse de cada região macroeconômica definida pelo IBGE, por votação da maioria absoluta dos deputados e maioria

absoluta dos senadores que compõem a respectiva região, devendo cada Estado ou Distrito Federal estar representado por no mínimo vinte por cento de sua bancada.

§ 1º Nas bancadas estaduais integradas por mais de dezoito parlamentares, fica assegurada a iniciativa aos senadores de propor três emendas, cabendo, aos deputados, a iniciativa da apresentação do restante das emendas, a serem apreciadas nos termos do inciso II deste artigo.

§ 2º A emenda coletiva e prioritária incluirá na sua justificação elementos necessários para subsidiar a avaliação da ação por ela proposta, apresentando informações sobre a viabilidade econômico-social e a relação custo-benefício, esclarecendo sobre o estágio de execução dos investimentos já realizados e a realizar, com a definição das demais fontes de financiamento e eventuais contrapartidas, quando houver, e definindo o cronograma de execução, além de outros dados relevantes para sua análise.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. AMIR LANDO (PMDB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, preciso deixar registrado nos Anais o entendimento havido. Não gosto de faltar ao que foi entendimento entre os Senadores e a representação dos Deputados presentes na ocasião.

Não posso, Sr. Presidente, deixar de dizer que não houve nenhuma mudança radical no texto, não há mudança de conteúdo grave a ponto de V.Exa., de repente, de forma agressiva, retirar-me a palavra.

O texto acordado previa a transitoriedade dessa nota, que era, de certa maneira, inspiração de grande parte do Congresso Nacional. Sinto-me, no entanto, desobrigado, pois foi rejeitada a proposta.

Eu tinha de fazer este esclarecimento, para não passar por alguém que desonrou a palavra assumida.

Fui derrotado, não há problema algum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Respeito V.Exa., Parlamentar sério e correto, que tem procurado, no exercício da Liderança do Gover-

no, cumprir rigorosamente os acordos. Mas a Mesa da Câmara dos Deputados havia feito um entendimento, do qual eu não fujo. Além do mais, estou cumprindo rigorosamente o que aquela Casa decidiu. Já foi muito constrangedor para a Câmara dos Deputados aceitar essas alterações, mas o fizemos com o sentimento de que os interesses nacionais se sobrepõem a quaisquer outros.

A matéria está encerrada, foi aprovada e vai à promulgação.

Está feito o acordo para conciliar a Comissão de Orçamento e para que, se Deus quiser, ainda neste ano possamos votá-lo, pois é fundamental para a vida do nosso País.

O SR. RODRIGO MAIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer dois registros. Primeiro, o compromisso do PFL, acordado pelos Deputados, era o de votar os 2 projetos que acabaram de ser votados agora, sob a Presidência de V.Exa., o nº 56 e o Projeto de Resolução nº 5, na forma em que saíram da Câmara dos Deputados.

O segundo registro, Sr. Presidente, que já fiz ontem e repito hoje, é sobre questão muito importante para o País: os investimentos.

Em sua edição de hoje, o jornal O Estado de S. Paulo mostra que o Governo não terá condição de

cumprir os Restos a Pagar de 2002 e terá dificuldade de cumprir os Restos a Pagar de 2003 e o Orçamento de 2004.

Por isso, falamos ontem sobre a importância de o Governo rever o superávit fiscal, que é hoje de 4,25%. Esse superávit fiscal era importante no momento em que a inflação estava crescendo, porque trazia uma receita inflacionária. Na ocasião era completamente compatível o aumento do superávit fiscal. Não haveria nenhum problema passar de 3,75% para 4,25%, quando a projeção de inflação em 12 meses era de 17% a 18%.

Neste momento, porém, em que é grande a restrição de investimentos privados no Brasil, é fundamental que o Governo do PT entenda que o País precisa de recursos públicos para retomar a capacidade de investir e gerar emprego.

O PFL pede ao Governo a revisão do superávit fiscal de 4,25% para 3,5%. Este, certamente, é o caminho para que o Brasil volte a crescer.

Eram os registros que tinha a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 14 minutos.)

(OS:20414/03)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização *

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Comissão instalada em 23-4-2003

Composição

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho-PMDB-AM

1º Vice-Presidente: Deputado Pauderney Avelino – PFL - AM

2º Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PFL - TO

3º Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame – PSDB-SP

Relator da LDO: Deputado Paulo Bernardo

Relator-Geral do Orçamento para o ano de 2004: Dep. Jorge Bittar – PT-RJ

Relator do PPA 2004/2007 – Senador Roberto Saturnino – PT-RJ

SENADORES	
Titulares	Suplentes
BLOCO (PT-PSB-PTB-PL)	
Serys Slhessarenko ⁽²⁹⁾	1. Ana Júlia Carepa
Roberto Saturnino	2. Eurípedes Camargo-DF ⁽⁵⁶⁾ (13)
Delcídio Amaral (2) ⁽¹³⁾	3. Eduardo Suplicy
Fernando Bezerra (25)	4. Sibá Machado
Magno Malta	5. Flávio Arns-PR ⁽⁵⁶⁾ ⁽²¹⁾
Geraldo Mesquita Júnior	6. Aelton Freitas ⁽²⁾
Duciomar Costa	7. Fátima Cleide-RO ⁽⁵⁶⁾ ⁽²⁹⁾ ⁽²⁵⁾
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. José Maranhão
Luiz Otávio	2. Valdir Raupp
Amir Lando ⁽⁴⁸⁾ (20)	3. Romero Jucá (48) ⁽⁶⁾
Sérgio Cabral	4. Garibaldi Alves Filho ⁽²⁰⁾ ⁽¹²⁾
Hélio Costa	5. Leomar Quintanilha ⁽⁵⁹⁾

* Designação feita em 14-4-2003 (SF)

⁽²⁹⁾ Substituição da Sen. Heloísa Helena (T) pela Sen Serys Slhessarenko (T), deixando a mesma de ser suplente, em 5-8-2003 - Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽⁵⁶⁾ Indicação dos Sen. Eurípedes Camargo (S), Flávio Arns (S) e a Senadora Fátima Cleide (S), em 29-10-2003 – PT – SF.

⁽¹³⁾ Substituição do Sen. Papaléo Paes pelo Sen. Delcídio Amaral (T), em 22-5-2003 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽²¹⁾ Desligamento do Sen. Marcelo Crivella (S), em 10-7-2003 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽²⁾ Substituição do Sen Tião Viana pelo Sen Papaléo Paes(T) e indicação do Sen Aelton Freitas(s) em 23-4-2003-PT-SF.

⁽²⁵⁾ Remanejamento do Sen. Fernando Bezerra para titular e da Sen. Serys Slhessarenko para suplente, em 16-7-2003- Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽⁴⁸⁾ Remanejamento dos Sen. Romero Jucá e Amir Lando para suplência e titularidade, respectivamente, em 2-10-2003 – PMDB-SF.

⁽⁶⁾ Indicação do Sen. Amir Lando(S), feita em 5-5-2003. PMDB-SF.

⁽²⁰⁾ Remanejamento dos Sen. Garibaldi Alves Filho para suplente e Romero Jucá para titular, em 8-7-2003- PMDB-SF.

⁽¹²⁾ Indicação do Senador Romero Jucá(S), feita em 21-5-2003 - PMDB-SF.

PFL	
Romeu Tuma ⁽⁵¹⁾	1. José Jorge
Jonas Pinheiro	2. vago (51)
João Ribeiro	3. Hcráclito Fortes
Efraim Moraes	4. Roseana Sarney
César Borges	5. Paulo Octávio

⁽⁵⁹⁾ Indicação do Sen. Leomar Quintanilha (S), feita em 5-11-2003 – PMDB – SF.

⁽⁵¹⁾ Substituição do Sen. Leomar Quintanilha (T) pelo Sen. Romeu Tuma, que deixa a vaga de suplente, em 15-10-2003 – PFL – SF.

(continuação da Composição da CMO)

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PSDB	
Leonel Pavan ⁽³⁹⁾ ⁽¹⁴⁾ ⁽³⁰⁾	1. Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia	2. vago ⁽³⁹⁾
Sérgio Guerra	3. Teotônio Vilela ⁽¹⁵⁾
PDT	
Almeida Lima ⁽³²⁾	1. Augusto Botelho
PPS ^(*)	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes ⁽⁵⁸⁾

⁽³⁹⁾ Indicação do Sen. Leonel Pavan como titular, deixando a vaga de suplente, em 5-9-2003-PSDB-SF.

⁽¹⁴⁾ Substituição do Sen. Romero Jucá pelo Sen. Reginaldo Duarte(T), em 23-5-2003-PSDB-SF.

⁽³⁰⁾ O Senador Reginaldo Duarte foi desligado da Comissão em 6-8-2003 – PSDB – SF.

⁽¹⁵⁾ Indicação do Sen. Teotônio Vilela(S), em 23-5-2003-PSDB-SF.

⁽³²⁾ Substituição do Sen. Alvaro Dias pelo Sen. Almeida Lima(T), em 13-8-2003-PDT-SF.

^(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁸⁾ Substituição do Sen. João Batista Motta pela Sen. Patrícia Saboya Gomes(S), em 4-11-2003-PPS-SF.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Ary Vanazzi-RS	1. Eduardo Valverde-RO
Carlito Merss-SC	2. José Pimentel-CE
Dr. Rosinha-PR	3. Leonardo Monteiro-MG
Gilmar Machado-MG	4. Arlindo Chinaglia-PT ⁽⁷⁾
João Grandão-MS	5. Paulo Rubem Santiago-PE
João Magno-MG	6. Devanir Ribeiro-SP ⁽⁷⁾
Jorge Bittar-RJ	7. Tarcisio Zimmermann-RS
Paulo Bernardo-PR	8. Telma de Souza-SP
Vignatti-SC	9. Walter Pinheiro-BA
Virgílio Guimarães-MG	10. Zezéu Ribeiro-BA
Wasny de Roure-DF	11. Vander Loubet-MS ⁽⁷⁾
PFL	
Carlos Melles-MG	1. Carlos Nader-RJ
Cláudio Cajado-BA ⁽⁶³⁾⁽⁵⁷⁾	2. Cleuber Carneiro-MG
Eduardo Sciarra-PR	3. Gervásio Silva-SC
Gilberto Kassab-SP	4. Kátia Abreu-TO
José Rocha-BA	5. Laura Carneiro-RJ
Lael Varella-MG	6. Luiz Carreira-BA ⁽⁶⁴⁾ (57)
Júlio César--PI ⁽¹⁰⁾	7. Marcos Abraão-SP
Machado-SF	8. José Roberto Arruda-DF ⁽³⁵⁾
Osvaldo Coelho-PE	9. Fernando de Fabinho-BA ⁽⁴⁶⁾
Pauderney Avelino-AM	10. João Batista-SP ⁽²⁷⁾

⁽⁷⁾ Indicação do Dep. Vander Loubet(S) em vaga, substituição dos Deps. Nelson Pellegrino(S) e Professor Luizinho(S) pelos Deps. Arlindo Chinaglia e Devanir Ribeiro, feitas em 6-5-2003-PT-CD.

⁽⁶³⁾ Substituição do Dep. Luiz Carreira pelo Dep. Cláudio Cajado(T), em 7-11-2003-PFL-CD.

⁽⁵⁷⁾ Substituição do Dep. Cláudio Cajado pelo Dep. Luiz Carreira, como titular, deixando o mesmo a vaga de suplente, em 4-11-2003-PFL-CD.

⁽⁶⁴⁾ Indicação do Dep. Luiz Carreira(S), em 7-11-2003-PFL-CD.

⁽¹⁰⁾ Substituição do Dep. Luciano Castro (T) pelo Dep. Júlio César (T), em 14-5-2003-PFL-CD.

⁽³⁵⁾ Substituição do Dep. Robson Tuma (S) pelo Dep. José Roberto Arruda (T), em 20-8-2003 - PFL-CD.

⁽⁴⁶⁾ Substituição do Dep. Rogério Teófilo pelo Dep. Fernando de Fabinho(S), em 26-9-2003-PFL-CD.

⁽²⁷⁾ Indicação do Dep. João Batista(S), em 17-7-2003-PFL-CD

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PMDB	
José Borba-PR	1. André Luiz-RJ
Pedro Chaves-GO ⁽¹⁷⁾	2. Rose de Freitas ⁽⁶⁵⁾
José Priante-PA	3. João Correia-AC
Mauro Lopes-MG	4. Jorge Alberto-SE
Olavo Calheiro-AL	5. José Divino-RJ ⁽⁵³⁾
Pedro Novais-MA	6. Paulo Afonso-SC ⁽¹⁾
Zé Gerardo-CE ⁽⁶⁰⁾ ⁽⁵²⁾	7. Silas Brasileiro-MG ⁽¹¹⁾
Darcísio Perondi-RS ⁽³³⁾ ⁽²³⁾ ⁽¹⁾	8. Waldemir Moka-MS ⁽²⁴⁾
Marcelino Fraga ⁽²⁸⁾	9. Wilson Santiago-PB ⁽⁶⁰⁾ ⁽⁵²⁾ ⁽³⁷⁾
PSDB	
Anivaldo Vale-PA	1. Alberto Goldman-SP
Antonio Carlos Mendes Thame-SP	2. Eduardo Paes-RJ ⁽⁵⁰⁾
Bismarck Maia-CE ⁽⁴³⁾	3. João Almeida-BA
Eduardo Gomes-TO ⁽⁴⁹⁾ ⁽¹⁹⁾	4. João Castelo-MA
Helenildo Ribeiro-AL	5. Manoel Salviano-CE ⁽³¹⁾ ⁽⁴⁵⁾
Narcio Rodrigues-MG	6. Ronaldo Dimas-TO ⁽⁸⁾ ⁽⁹⁾
Professora Raquel Teixeira-GO	7. Paulo Kobayashi-SP
Rafael Guerra-MG	8. Antonio Cambraia-CE ⁽³⁴⁾ (19)
PPB	

⁽¹⁷⁾ Substituição do Dep. José Chaves pelo Dep. Pedro Chaves(T), em 29-5-2003-PMDB-CD.

⁽⁶⁵⁾ Indicação da Dep. Rose de Freitas(S), em 12-11-2003-PMDB-CD.

⁽⁵³⁾ Indicação do Dep. José Divino(S), em 23-10-2003-PMDB-CD.

⁽¹⁾ Indicações feitas em 22-4-2003-PMDB-CD.

⁽¹¹⁾ Indicação do Dep. Silas Brasileiro(S), feita em 21-5-2003 - PMDB-CD.

⁽³³⁾ Indicação do Dep. Darcísio Perondi como titular, em 14-8-2003-PMDB-CD.

⁽²³⁾ Desligamento do Dep. Moreira Franco (T), em 14-7-2003 - PMDB-CD.

⁽²⁴⁾ Indicação do Dep. Waldemir Moka (S), em 14-7-2003 - PMDB-CD.

⁽²⁸⁾ Indicação do Dep. Marcelino Fraga (T), em 31-7-2003 - PMDB-CD

⁽⁶⁰⁾ Remanejamento do Dep. Zé Gerardo para titular e do Dep. Wilson Santiago para suplente, em 6-11-2003-PMDB-CD.

⁽⁵²⁾ Remanejamento do Dep. Wilson Santiago para titular e do Dep. Zé Gerardo para suplente, em 22-10-2003-PMDB-CD.

⁽³⁷⁾ Indicação do Dep. Wilson Santiago(S), em 3-9-2003-PMDB-CD.

⁽⁵⁰⁾ Indicação do Dep. Eduardo Paes, em 2-10-2003-PSDB-CD.

⁽⁴³⁾ Substituição do Dep. Arnon Bezerra (T) pelo Dep. Bismarck Maia (T), em 18-9-2003-PSDB-CD.

⁽⁴⁹⁾ Substituição da Dep. Rose de Freitas pelo Dep. Eduardo Gomes(T), em 2-10-2003-PSDB-CD.

⁽¹⁹⁾ Substituição do Dep Dr. Heleno pela Dep. Rose de Freitas(T), deixando a mesma de ser suplente, em 10-6-2003-PSDB-CD.

⁽³¹⁾ Substituição do Dep. Jovair Arantes pelo Dep. Rommel Feijó (S), em 13-8-2003 - PSDB-CD.

⁽⁴⁵⁾ Substituição do Dep. Rommel Feijó pelo Dep. Manoel Salviano (S), em 24-9-2003 - PSDB-CD

⁽⁸⁾ Desligamento do Dep. Osmânio Pereira(S), feita em 7-5-2003 - PSDB-CD.

⁽⁹⁾ Indicação do Dep. Ronaldo Dimas(S), feita em 8-5-2003 - PSDB-CD.

⁽³⁴⁾ Indicação do Dep. Antonio Cambraia(S), em 20-8-2003 - PSDB-CD.

Francisco Dornelles-RJ ⁽⁵⁵⁾	1. Herculano Anghinetti-MG ⁽⁵⁴⁾ (5)
Márcio Reinaldo Moreira-MG	2. Dr. Benedito Dias-AP
Nelson Meurer-PR	3. Benedito de Lira-AL ⁽⁶²⁾
Ricardo Barros-PR	4. Mário Negromonte-BA
Roberto Balestra-GO	5. Dr. Heleno-RJ ⁽⁶¹⁾ (36) (5)

⁽⁵⁵⁾ Substituição do Dep. Herculano Anghinetti (T) pelo Dep. Francisco Dornelles, em 29-10-2003 – PP – CD

⁽⁵⁴⁾ Substituição do Dep. Francisco Dornelles (S) pelo Dep. Herculano Anghinetti, em 29-10-2003 – PP – CD.

⁽⁶²⁾ Substituição do Dep. João Pizzolatti pelo Dep. Benedito de Lira(S), em 7-11-2003-PP-CD.

⁽⁶¹⁾ Substituição do Dep. João Tota pelo Dep. Dr. Heleno(S), em 6-11-2003-PP-CD.

⁽³⁶⁾ Substituição do Dep. Eduardo Cunha pelo Dep. João Tota(S), em 27-8-2003-PP-CD.

⁽⁵⁾ Substituições dos Deps. Cleonânicio Fonseca (S) e Narciso Mendes(S) pelos Deps. Francisco Dornelles e Eduardo Cunha, em 24-4-2003-PPB-CD.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PTB	
Eduardo Seabra-AP	1. Alex Canziani-PR
Elaine Costa-RJ	2. Homero Barreto-TO
Jovair Arantes-GO ⁽⁴⁷⁾	3. Josué Bengtson-PA
José Carlos Elias-ES	4. Neuton Lima-SP
José Chaves-PE ^{(22) (3) (4)}	5. Pedro Fernandes-MA
PL	
Humberto Michiles-AM	1. Almir Moura-RJ
João Leão-BA	2. Heleno Silva-SE
Milton Monti-SP	3. Sandro Mabel-GO
Wellington Roberto-PB	4. Welinton Fagundes-MT
PSB	
Dr. Evilásio-SP	1. Gonzaga Patriota ⁽¹⁶⁾
Alexandre Cardoso-RJ ⁽⁴⁰⁾	2. Beto Albuquerque-RS ⁽¹⁶⁾⁽⁴⁴⁾
Renato Casagrande-ES	3. (vago)
PPS	
Cezar Silvestri-PR	1. Agnaldo Muiz-RO
Geraldo Resende-MS	2. Athon Avelino-MG
PDT	
Dr. Hélio-SP	1. André Zacharow-PR
Mário Heringer-MG	2. Manato-ES
PC do B	
Sérgio Miranda-MG	1. Leonardo Vilela-PPB-GO ⁽¹⁸⁾
Pastor Francisco Olímpio-PE ⁽³⁸⁾⁽⁴²⁾	2. Vanessa Grazziotin-AM ⁽⁴¹⁾
PRONA	
Amauri Robledo Gasques-SP ⁽²⁶⁾	1. Elimar Máximo Damasceno-SP ⁽⁶⁶⁾

⁽⁴⁷⁾ Substituição do Dep. Félix Mendonça pelo Dep. Jovair Arantes(T), em 2-10-2003-PTB-CD.

⁽²²⁾ Substituição do Dep. Benedito de Lira pelo Dep. José Chaves(T), em 11-7-2003 – PTB-CD.

⁽³⁾ Desligamento do Dep. Benedito de Lira feito em 23-4-2003 – PTB-CD.

⁽⁴⁾ Indicação feita em 24-4-2003-PTB-CD.

⁽⁴⁰⁾ Substituição do Dep. Gilberto Nascimento (T) pelo Dep. Alexandre Cardoso (T), em 5-9-2003 – PSB-CD.

⁽¹⁶⁾ Indicação dos Deps. Gonzaga Patriota e Jefferson A. Campos(S), em 26-5-2003-PSB-CD.

⁽⁴⁴⁾ Substituição do Dep. Jefferson Campos (T) pelo Dep. Beto Albuquerque (T), em 18-9-2003-PSB-CD.

⁽¹⁸⁾ Indicação do Dep. Leonardo Vilela(S), em 5-6-2003-PCdoB-CD.

⁽³⁸⁾ O Dep. Edson Ezequiel foi desligado da Comissão em 3-9-2003 – PC do B – CD.

⁽⁴²⁾ Indicação do Dep. Pastor Francisco Olímpio(T), feita em 11-9-2003 – PC do B – CD.

⁽⁴¹⁾ Indicação da Dep. Vanessa Grazziotin(S), em 5-9-2003-PC do B-CD.

⁽²⁶⁾ Substituição do Dep. Elimar Máximo Damasceno pelo Dep. Amauri Robledo Gasques(T), em 16-07-2003-PRONA-CD

⁽⁶⁶⁾ Substituição do Dep. Ildeu Araújo (S) pelo Dep. Elimar Máximo Damasceno(S), 12-11-2003 – PRONA – CD.

PV	
Leonardo Mattos-MG	1. Edson Duarte-BA
PMN (*)	
Jackson Barreto-SE	1. Lúcia Braga-PB

Secretária: Myrna Lopes Pereira
Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães - (Anexo II)
Ala “C” – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900 - Tel: 318-6937 – 318-6938

(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 (Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koelowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSI lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

epcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	LÍDER DA MAIORIA Senador TÍAO VIANA (PT ² - AC)
LÍDER DA MINORIA Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT ² - SP)

Atualizado em 07.11.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 66 PÁGINAS